

Nova greve na FNM

Os salários subiram 10% depois que os metalúrgicos da maior fábrica de automóveis do Rio de Janeiro paralisaram a produção por 24 horas.

Eles esperavam na folha de pagamento de abril o aumento geral prometido pela empresa desde dezembro. Foi a segunda greve em poucos meses. Agora, vitoriosa.

Pag. 4

As sucessões das crises e as crises das sucessões

Pag. 4

OS MONTONEROS EXPLICAM SEUS PLANOS PARA A COPA DO MUNDO

Pag. 9

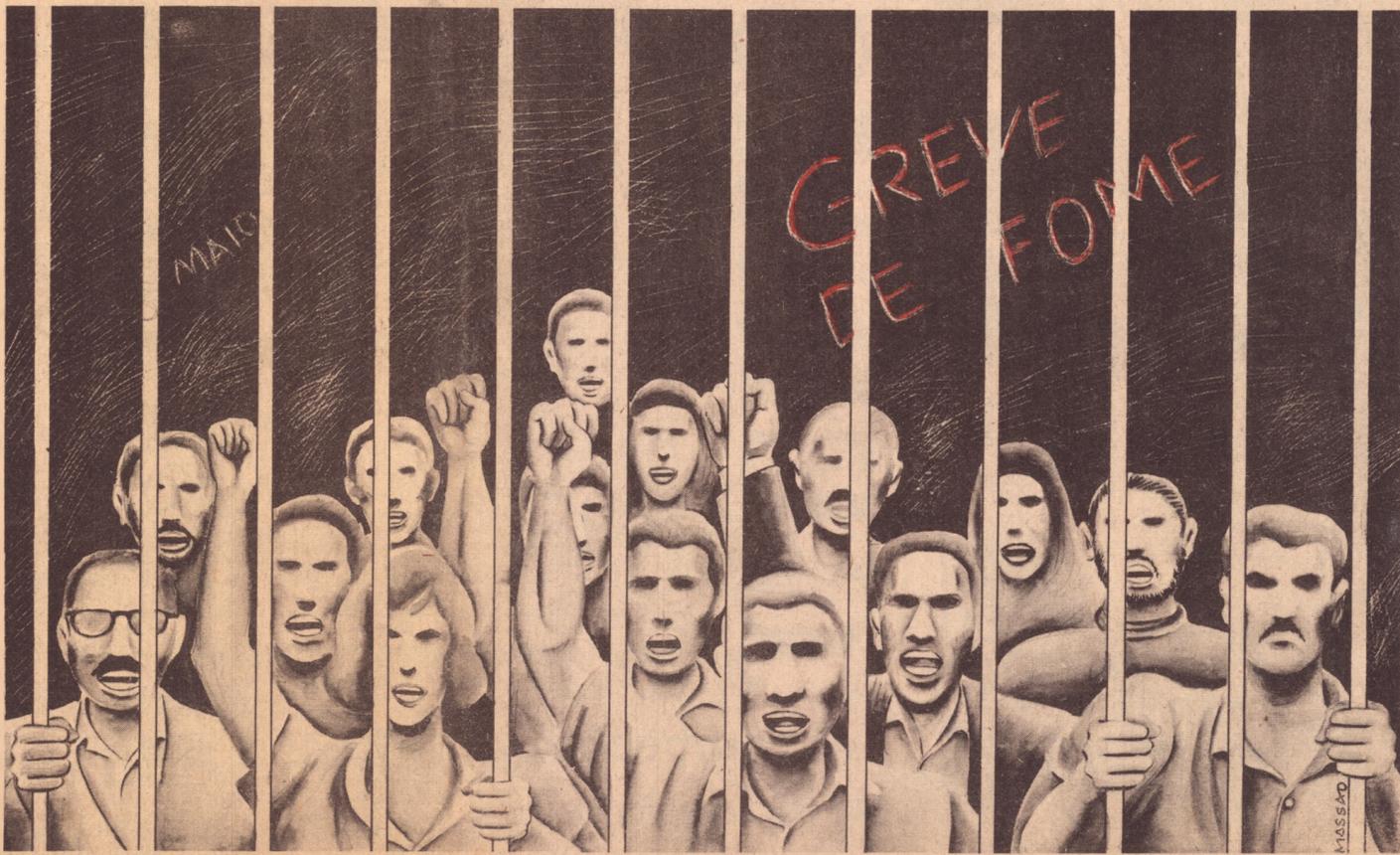
CONVERSA DE TRES PELEGOS COM SATANAS



Cordel de Pedro Macambira que fez e faz sucesso na campanha eleitoral das chapas de oposição dos metalúrgicos da Grande São Paulo

Pag. 7

O PROTESTO DOS PRESOS POLÍTICOS



A greve de fome dos presos políticos conquistou contornos nacionais esta semana. 76 condenados pela Lei de Segurança Nacional nos tribunais do regime militar deixaram de se alimentar em seis penitenciárias do Rio, São Paulo, Minas, Bahia e Pernambuco. O objetivo: pressionar o governo a quebrar o isolamento carcerário a que estão submetidos Carlos Alberto Soares e Rholine Cavalcanti, que cumprem pena de prisão perpétua na Ilha de Itamaracá. Há trinta meses, ambos só deixam suas celas duas horas por dia, para tomar sol, separados.

Fora da cadeia, os protestos também cresceram. No Rio, 500 familiares e amigos dos presos fizeram uma "greve de fome simbólica", durante dez horas na quinta-feira, dia 4, na As-

sembléia Legislativa. Às 14 h, grupos numerosos de pessoas se concentravam no prédio e já iniciavam uma verdadeira manifestação aberta, com faixas e cartazes, quando baixaram 15 pelotões de choque da PM, provocando pânico.

Depois de dispersar os manifestantes, a polícia cercou e isolou militarmente o legislativo carioca, bloqueando o trânsito. Mas os agrupamentos persistiram até 18 h, dentro e fora do cerco, quando, sob gritos de "abaixo a repressão" e "anistia", sofreram violenta repressão a cassetete de três pelotões da PM. Pelo menos uma jovem ficou ferida, e alguns fotógrafos tiveram suas máquinas danificadas e filmes velados.

Uma vigília em solidariedade aos grevistas reuniu 200 pessoas no Recife, de 8 às 18 h, vigiada ao longe por policiais à paisana e carros da PM. Em São Paulo, no mesmo dia, na Igreja São Domingos, o número de manifestantes foi de 400, também numa vigília.

O juiz auditor José Bolivar Régis, de Pernambuco, fez uma proposta de quebrar o isolamento por cinco dias na semana, atendendo as exigências, na quarta-feira. Mas as negociações avançavam com dificuldade, pois os presos de Itamaracá exigiam garantias públicas de que o governo cumpriria a palavra, já que da última vez, na greve de fome de novembro isso não ocorreu. (pág. 3)

Manifestações operárias

Nem só de pelegos e comemorações oficiais foi marcado o 1º de Maio deste ano.

Os trabalhadores puderam respirar um pouco em várias manifestações independentes organizadas em Osasco, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife.

... balançando o coreto.

Em Santo André, no ABC paulista, oposições sindicais presentes denunciaram os "traidores da classe operária" que no banquete com Geisel "almoçaram o sangue do trabalhador brasileiro", enquanto os senadores Quércia e Montoro (presentes ao ato) não reagiram quando vaiados.

(Pags. 5 e 6)

13 de Maio: Revolução Social dos Negros?

Pag. 8

Causas trabalhistas disparam no Rio

Pag. 12

1º de Maio no exílio



(Paris) Milhares de estrangeiros, cerca de dois mil latinoamericanos, dentre os quais cerca de duzentos brasileiros, deram o tradicional toque internacionalista ao 1º de Maio francês deste ano...



...desfilando com suas bandeiras e palavras-de-ordem relativas à situação política em seus países e as condições de estrangeiros na França, os imigrantes formaram suas colunas na parte posterior do cortejo de trabalhadores franceses...



os latinoamericanos (argentinos, uruguaios, peruanos, dominicanos e brasileiros) desfilaram em comitês, atrás de uma imensa bandeira que pedia libertação para todos os prisioneiros políticos do seu Continente...



...ao lado das denúncias de torturas e de assassinatos, de repressão e opressão política, levantaram-se as reivindicações da anistia geral e irrestrita, de liberdades sindicais e políticas (N.S.)

Fotos: Magda/Ellezer.

75: "Operação Código Doze"

Circulam em Brasília cópias de uma carta enviada em setembro de 1974 pelo chefe do SNI, general João Batista Figueiredo, ao embaixador do Brasil em Portugal, general Carlos Alberto da Fountoura, mandando que fosse executada uma "operação código doze" contra dois exilados brasileiros. A carta diz que os dois exilados representavam "grave risco a segurança nacional", e que a operação foi determinada por "ordem secreta" do presidente da República, ouvidos o CONSUSENA e o CONOPESNI. Ficamos sabendo então - graças à disputa pelo poder que explica a distribuição de cartas desse tipo - da existência de um CONSUSENA, que deu origem a ver com Conselho de Segurança Nacional de um CONOPESNI, cujas três últimas letras são exatamente SNI. E mais, ficamos sabendo que existe uma "operação código doze", cuja exata natureza a carta não descreve, mas deixa claro ser contra os dois exilados, jamais a seu favor.

Um desses exilados, curiosamente, já está de volta ao Brasil faz tempo, comendo suas gariotas tranquilamente, e - ao que sabe - sem colocar em risco "a segurança nacional". Ou a "operação código doze", no seu caso, falhou, ou, pode-se concluir, com alívio - que os efeitos dessa operação não são fatais, pelo menos. O que não quer dizer que não existam operações código treze, quatorze... Aliás, esse é o segundo documento sigiloso distribuído recentemente com óbvia intenção de revelar certas relações do general Figueiredo. O primeiro foi a famosa (no exterior) "Carta da DINA", enviada a Figueiredo em agosto de 1975 pelo chefe da DINA do Chile coronel Manuel Contreras Sepulveda, aprovando certas sugestões do próprio Figueiredo, dificilmente inspiradas em ideais democráticos. A "carta da DINA" fala, por exemplo, em "coordenar ações contra certas autoridades eclesásticas, social-democratas e democrata-cristãs na América Latina".

CENSURA PRÉVIA

O São Paulo Movimento Tribuna da Imprensa

Nós, jornalistas e leitores, denunciamos.

Mais sequestro em Pernambuco

Procurada diversas vezes por agentes da Polícia Federal, Leci Alves de Moura, por orientação do seu advogado, recusou-se a acompanhar os agentes sem uma intimação por escrito. Na noite do dia 28 de abril, foi então retirada à força de sua casa, no bairro de Camaragibe, Recife, por indivíduos que se diziam da polícia e conduzida para local desconhecido.

Leci é mulher de Edilson Freire Maciel que juntamente com Selma Bandeira Mendes, Valmir Costa e Maria Aparecida dos Santos foram presos no dia 8 de abril passado. Todos tinham sido condenados à revelia pela Lei de Segurança Nacional, em junho de 1977, acusados de integrarem o Partido Comunista Revolucionário (PCR). O presente sequestro se prende à reabertura dos interrogatórios com os quatro detidos. O mencionado processo foi aberto em 1973 com uma série de prisões realizadas em Alagoas, Paraíba e Pernambuco que culminaram com os assassínios nas dependências do IV Exército de Manuel Aleixo - assalariado agrícola - Emanuel Bezerra - estudante - e Manuel Lisboa de Moura - ex acadêmico de Medicina e então casado com Selma Mendes. (Sursal do Recife)

Mais ameaças no Rio de Janeiro

Vários universitários do Rio de Janeiro vem sofrendo ameaças de pessoas desconhecidas que tentam criar, em torno destes estudantes e de suas famílias, um clima de tensão. Os métodos utilizados e o linguajar empregado remetem, inevitavelmente, as formas de coação e pressão usadas por organizações direitistas. Apenas uma destas universitárias, Maria de Fátima de Mattos Bartholo, do DCE da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, denunciou estas ameaças aos jornais e remeteu um ofício à Delegacia de Polícia Política e Social pedindo a abertura de sindicância "para que sejam identificados e processados os autores". Segundo Maria de Fátima, a primeira ameaça surgiu no dia 11 de abril quando, ao chegar em sua sala de

Médicos: vitória, apesar do veto.

A nova diretoria do Sindicato dos Médicos de São Paulo, tomou posse na sexta-feira, dia 29. A chapa Renovação (de oposição) venceu as eleições realizadas há três meses, mas a Delegacia Regional do Trabalho vetou dois de seus membros, Francisco Lacerda e Joana D'Arc Vieira. Certamente, tal fato ajuda a delinear o perfil dessa nova oposição: ao invés de recuar, de forçar o afastamento dos dois médicos candidatos (conforme conselhos de sindicalistas "experientes") a chapa foi a cerimônia de posse para denunciar a arbitrariedade da DRT. Os 250 médicos presentes ao ato aplaudiram de pé quando o presidente Agri-meron Cavalcanti expressou a solidariedade da sua diretoria aos dois colegas vetados. Um clima tenso e emocionante, a partir daí, atingiu toda a reunião. Quando o presidente da Associação de Médicos Residência do Estado de São Paulo falou em anistia, foi interrompido por aplausos.



BANQUETE 1º de MAIOS/A

Nero, o imperador que pôs fogo em Roma para conter o povo pregava: "Pão e Circo". Hoje o circo virou pão. Em São Paulo, no Palácio do Governo - no dia 1º de maio - era oferecido um banquete de confraternização entre interventores e dirigentes sindicais conhecidos por não defenderem os interesses de sua classe e ministros e secretários de Estado. De outro lado, um outro banquete era oferecido aos trabalhadores no CERET (Centro Educacional, Recreativo e Esportivo do Trabalhador). Constava de vasto cardápio, desde banquete: um culto ecumênico; apresentação de bandas e fanfarras; desfiles; show os Originais do Samba, Jair Rodrigues, Angela Maria, Wanderlei Cardoso, Vanusa, Joelma e Wilson Miranda; show infantil "playcenter" (bandinhas, bichos e palhaços); jogo de futebol de veteranos; desfiles da escola de samba Vai-Vai e encerramento com um show pirotécnico "playcenter". E, como prato do dia, a oferta especial da casa foi a presença do presidente Geisel e da tropa de choque da Polícia Militar.

Quem matou Jerônimo?

Com base nas denúncias feitas pelo Deputado Estadual Alfredo Marques (MDB-CE) sobre o caso de Pedro Jerônimo de Sousa, morto no dia 17 de setembro de 1975, a família da vítima recorreu agora à Justiça. O deputado emedebista, em seu pronunciamento, acusa o tenente da Polícia Militar, Horácio Gondim, de ter torturado e assassinado Pedro Jerônimo nas dependências do Departamento de Operações Internas (DOI) contrariando a versão oficial de que a vítima tinha se enforcado no xadrez da Polícia Federal, usando para tal uma toalha de banho. Pedro Jerônimo de Sousa, natural do Aracati (CE), 63 anos, estava incluído no processo que foi a julgamento no último dia 18, na Auditoria Militar de Fortaleza, acusado de reorganizar o PCB. (Escritório de Fortaleza).

FINAIS

ANISTIA/No próximo dia 13, sábado, será fundado em Londrina (PR) o Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos, iniciativa de um grupo de advogados, jornalistas, professores, estudantes, médicos e pessoal de teatro. A exemplo dos Comitês recém-criados no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Porto Alegre e Ceará, a entidade defenderá a anistia ampla, geral e irrestrita.

CONTAGEM/A Oposição Sindical dos metalúrgicos de Contagem (MG) saiu vencedora, mais uma vez, na última assembleia convocada pelo pelego João Silveira, presidente do sindicato local da categoria. Na reunião, 300 operários presentes, no dia 1º de maio, venceu a proposta oposicionista que exigia a criação de uma comissão para encaminhar a luta pela antecipação salarial de 25%, contra a proposta de Silveira que, sempre preferiu confiar na "boa vontade dos patrões", negava a comissão por achar que ela seria "uma provocação".

FACHA/A chapa "Organizando" venceu as eleições, realizadas no último dia 28, para o recém-criado Diretório Acadêmico da Faculdade de Comunicação Hélio Alonso - Facha - escola particular do Rio de Janeiro. "Organizando" propõe-se a fortalecer o movimento estudantil dentro das faculdades isoladas, além de defender reivindicações dos alunos da Facha, contestando sobretudo as absurdas taxas escolares.

ELEIÇÕES/No domingo agora, dia 7, às 15 horas, na Câmara Municipal de São Paulo, reúne-se mais uma vez a Frente Eleitoral Popular, que visa definir - para as eleições de novembro - uma participação oposicionista comprometida com a "luta da população por melhores condições de vida, de transporte e saúde, pela reposição salarial, contra o arrocho, contra a carestia, enfim contra a exploração e a opressão".

MEDICINA/ O ensino médico vigente - ligado ao modelo econômico atual -

visa a elitização, privatização e desvinculação do atendimento médico para - com as reais necessidades de saúde do povo brasileiro, e tem como algumas de suas consequências a falta de verbas e condições decentes de ensino, currículos desvinculados e tendenciosos, falta de hospitais-escola e serviços ambulatórios populares e baixo nível de ensino. Estas foram as principais conclusões dos estudantes de Medicina do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, durante o 1º Pré-ECEM (Encontro Científico de Estudantes de Medicina), realizado na última semana em Porto Alegre.

SANTOS/ Metalúrgicos de Santos, São Vicente, Cubatão e Guarujá reuniram-se nos dias 29 e 30 de abril e 1º de maio, durante o 1º Encontro dos Metalúrgicos da Baixada Santista (cerca de 200 participantes). Arnaldo Gonçalves, presidente do sindicato do setor, explicou que o sentido da reunião era o de "mostrar qual o caminho a ser seguido pela entidade". E - entre outras - as indicações aprovadas em plenário foram as seguintes: organização de comissões de fábricas, eleição de delegados por seções (com garantias contra pressões patronais), cursos sobre sindicalismo e leis trabalhistas.

MAIS DOIS/ Na praça mais dois jornais que se propõem a integrar o rol da imprensa independente: "O Trabalhador", no Rio Grande do Sul, órgão do Setor Juvenil Metropolitano do MDB de Porto Alegre (tabloide, 4 págs.); e "Jornal do MDB da Bela Vista", em São Paulo (tabloide, 8 págs.) - este dirigido pelo deputado Ailton Soares.

TORTURAS/ A advogada Elza Soares Ribeiro, testemunha de defesa num dos processos que corre na 2ª Auditoria da Marinha, no Rio, onde são denunciadas 64 pessoas sob a acusação de atividades no PCB, denunciou - na última terça-feira - as torturas a que foi submetido o seu cliente Dimas Perim. Ele teve "mãos e ombros queimados, unhas arrancadas, torturas nos testículos".

Mais greve em São Carlos

Falta de uma biblioteca com acervo didático mais completo, restaurante em péssimas condições de higiene e falta de nutricionista, precário atendimento médico. Estes (além de outros) são os motivos que levaram cerca de 2.000 alunos da Universidade Federal de São Carlos (SP) a decretarem uma greve geral que já se prolonga por quase um mês (começou no último dia 11). Também os 1.200 alunos do campus da USP daquela cidade, exigindo melhores condições de ensino, entraram igualmente em greve. As repostas das autoridades. Até agora, foram apenas as seguintes: o reitor da Federal somente apresentou algumas medidas paliativas para solução dos problemas, enquanto o coordenador do campus fez uma grave advertência aos grevistas da Escola de Engenharia e suspendeu o presidente do Centro Acadêmico. Uma passeata de protesto foi realizada no dia 19, com a participação de 500 pessoas e - na ocasião - foi distribuída à população uma carta aberta que explica os objetivos dos estudantes: "melhores condições de ensino, mais verbas para educação, ensino público e gratuito, anistia ampla e irrestrita e liberdades democráticas". Até hoje (dia 6 de maio) as duas greves ainda continuam, pois continuam todos os problemas que as motivaram, além das punições na USP. (F.R.)

Assine EM TEMPO:

Nome..... Profissão.....
Idade.....Endereço..... Bairro.....
Fone..... Cidade..... Estado..... CEP.....
End Comercial..... Horário..... Fone.....
Estou enviando o cheque nº..... do Banco..... em nome da Editora Aparte S/A.
Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: Rua Matheus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP), CEP 05415, fone 853-6680.
Anual Cr\$ 500,00 Semestral Cr\$ 250,00

EM TEMPO
CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluizio Marques, Alvaro Caldas, Antonio Carlos Cavalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Bernardo Kucinski, Cláudio Câmara, Emílio José, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Raul Angiada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto e Fausto Brito (Conselheiro Presidente).
EDITORIAIS: Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini.
DIRETORES: Antonio de P. Prado Jr., Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robson Ayres e Tibério Canuto (Diretor-Presidente).
Secrário de Redação, Carlos Moreira
Editor-Geral, Jorge Baptista

Arte: João Bosco L. Brandão, Paulo Roberto M. Borges, Sérgio L. Papi, Niels Andrea (fotos).
Arquivo-Pesquisas: Silvestre Prado, Gilson Andrade, Márcia Albuquerque, Maria Quinteiro, Roberto Peixoto, Celso Lellis.
Brasília (B.C.S. - Edifício Maristela, s/1103): Marco Antônio, Marina Juarez, Rita de Cássia, Recife (R. Anibal Faício, 127 - Fraças): Sérgio de Souza Cecy Prestello, Orlando Mindelo (coordenação), Fred Navarro, Paulo Santos, Rebecca Scaturl, Alzira Medeiros, Eliane Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva Nogueira (administração).
Belo Horizonte (R. Bernardo Guimarães, 1884): Alberto Duarte (chefe de sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Flaminio Fantini, Flávio Andrade, Henrique Oliveira, João Antônio de Paula, João Machado, Lécio Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Barcala, Paulo Vilas, Ricardo Rabelo, Sérgio Asphan, Virgílio Guimarães, Virginia Pinheiro (redação), Mariza Araújo (administração).
Curitiba (R. José Loureiro, s/1203 - Edifício Mauá): Carlos Ruggi, Elza de Oliveira, Reinaldo Azeite, Porto Alegre

(Av. Osvaldo Aranha, 1407 - Loja 20): Ana Barros Pinto, Gerson Schirmer, Jendira César, Jorge Garcez, Letícia Meneses, Marcelo Matte, Marcelo Lopes, Paulo Fogaca, Rejane Fernandes, Salvador (Av. 7 de setembro, 202 - s/501): Ademir Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria, Rio de Janeiro (Rua da Lapa, 200 - s/408): Adauto Noves, Alan Albuquerque, Antônio José Mendes, Bernardo Karan, Carlos Alberto Bala, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Ennio Brauns Filho, Fernando Coelho, Jamir de Menezes, Jorge Ricardo Gonçalves, Laís Marreles, Ligia Bahia, Luiz Antônio de Aguiar, Luiz Arnaldo Dias Campos, Marcelo Barabá, Marcos Aarão Reis, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon, Paulo Bala, Paulo César Araújo, Raimundo Teixeira Mendes, Regina Braga, Regina Maria de Azeite, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caldas.
ESCRITÓRIOS:
Vitória (ES): Joaquim Nery, Luiz Rogério Frabno, Pedro José Mansur, Victor Martins, Campina (SP): Fátima Barbosa, João Roberto Martins Filho, Renato Barros, Aracaju (SE): David Dantas, Fernando Sérgio, Sebastião Figueiredo, Valdomiro Junjor, Fortaleza (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Bernardo

de Paula e Rogério Araújo (redação), Daniel Santos, José Saravia Jr., Vinício Araújo (administração e distribuição), João Pessoa (PA): Aurélio Aquino, Geraldo de Araújo, Manuel Campos, Natal (RN): Cicero Correia, Francisco de Assis.
ADMINISTRAÇÃO - (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa de Silva, Edvard Luiz Silva, Evlira Oliveira, João Carlos Leme, Nilo Sérgio Diniz, Samira Zaidan, Hélio Gomes.
Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhaigh, Márcia Ramos de Souza (São Paulo), Adelmo Oliveira (Salvador), Arnaldo Afonso Barbosa (Belo Horizonte).
Diretor-Responsável: Robinson Ayres.
EM TEMPO, uma publicação da Editora Aparte S/A - rua Bernardo Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte).
Redação: rua Matheus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP 05415 - Telefones: 280-4759 e 853-6680. Composto e impresso nas Oficinas da PAT - Publicações e Assistência Técnica Ltda., rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 - Pinheiros (SP) - Telefone: 853-7461. Distribuição: Fernando Chingá Distribuidora S/A, rua Teodoro de Azeite, 907, Rio de Janeiro - Telefone: 368-9112. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal.

Governo x presos políticos

A greve de fome em banho-maria

Qual o motivo da demora do governo em quebrar o isolamento dos dois condenados à prisão perpétua por motivos políticos em Itamaracá?

"Se quiserem morrer de fome, que morram e vão para o inferno", esbravejou o juiz auditor José Bolívar Régis, de Recife, sobre a situação dos presos políticos da Ilha de Itamaracá, que deixaram de se alimentar no dia 17 de abril, numa greve para exigir do governo a quebra do isolamento carcerário de dois de seus companheiros, condenados à prisão perpétua.

A frase escapou no começo da semana, quando um grupo de mães e irmãos dos presos procurou o juiz para lhe entregar uma carta, reforçando a reivindicação. Com declarações semelhantes, Bolívar conseguiu tornar-se estrela da semana no episódio que começou no Pernambuco e alastrou-se por seis outras penitenciárias do Rio, São Paulo e Bahia, incluindo 76 condenados pela Lei de Segurança Nacional.

Muito irritado, Bolívar completou seu raciocínio: "De nada adianta vocês ficarem chorando no ombro do governador Moura Cavalcanti, no ombro do Dom Hélder Câmara, ou no meu. Vão lá e digam a seus filhos e maridos que acabem a greve e aí eu atendo as reivindicações deles, pois só eu posso fazer isso e mais ninguém. Nem o presidente Geisel pode resolver o problema".

Entretanto, os presos de Itamaracá preferiam não confiar nas boas intenções do auditor, já que não havia cumprido os compromissos firmados durante a última greve de fome - a terceira - no ano passado. Ao deputado emedebista Airton Soares, que estivera na época em Recife, como interlocutor, para tratar especificamente do assunto, o juiz auditor estipulou o prazo entre os dias 22 e 27 de março para dar início ao restabelecimento do convívio entre Carlos Alberto Soares e Rholine Soudé Cavalcanti, os dois isolados, e o restante dos presidiários. Este foi um dos motivos do retorno à greve de fome. E o próprio Bolívar reconhece que há atraso: "Demorei porque pedi um relatório à Secretaria de Justiça e só recebi esse documento no dia 24 de abril. Então, eles já estavam em greve porque não acreditavam na minha palavra", disse na mesma ocasião.

Quando alguém lembrou que os presos queriam uma garantia por escrito, o juiz auditor gritou mais ainda: "Não vou um cafajeste e já disse aqui que vou resolver o problema. Mas não vou assinar nada, nem receber nada de mãe de preso subversivo".

Embora mais diplomático ao falar, o governador Moura Cavalcanti até ter-



Carlos Alberto



Rholine

ça feira passada mantinha uma olímpica distância dos acontecimentos: "Aguardo a decisão da Justiça" sou apenas um cumpridor da lei. Não sou juiz nem executor da lei. Não tenho interesse em prejudicar ninguém mas não discuto se a lei é boa ou ruim. Sou muito firme nas minhas decisões e nesse caso não posso fazer absolutamente nada, pois isso não é da minha alçada", explicou a quatro mulheres, representantes de movimentos pela Anistia de vários estados - Terezinha Zerbini, Helena Greco, Ruth Escobar e Neide Azevedo Lima, que se deslocaram até Recife. Por outro lado, até



ABRIL PRESS

meados da semana nenhuma autoridade do escalão governamental superior havia se pronunciado sobre o assunto.

Diante da repercussão dessa greve de fome - a primeira de caráter nacional dos últimos tempos - e diante da situação de crise institucional permanente em que vive o regime nos dias de hoje, como entender a demora do governo em adotar uma medida favorável à quebra do isolamento de Rholine e Carlos Alberto? Se uma resposta precisa a esta indagação é difícil de ser formulada, dada a inacessibilidade aos debates no ninho do poder, pelo menos

algumas pistas podem ser apontadas.

Em primeiro lugar, deve-se voltar às origens da medida do isolamento, que remontam à curta gestão da Junta Militar que assumiu o governo na segunda metade de 1969. A Junta fez uso intensivo de seus poderes punitivos, cassando parlamentares, afastando professores das universidades, suspendendo

mandatos e direitos políticos até das esposas eleitas em 1966 para substituir os maridos cassados. Em setembro, baixou o ato institucional nº 14 introduzindo as penas de morte e prisão perpétua, contrárias à tradição jurídica brasileira, depois de considerar que "atos de guerra psicológica adversa e de guerra revolucionária ou subversiva

que, atualmente, perturbam a vida do país, e o mantêm em clima de intranquilidade e agitação, devem merecer a mais severa repressão", numa referência à eclosão, naquela época das ações armadas de grupos da esquerda.

O sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick fez emergir o decreto-lei 898/69, que diz no artigo 105: "A pena de prisão perpétua será cumprida em estabelecimento penal, militar ou civil, ficando o condenado sujeito a regime especial e separado dos que estejam cumprindo outras penas privativas de liberdade". É o isolamento carcerário. No raciocínio das autoridades militares mais ortodoxas na defesa dos postulados da repressão que vigorou naquela época, abrir mão deste dispositivo não é admissível. E não se pode esquecer que Pernambuco após 64 está cheio de casos que revelam a presença deste setor.

No caso de Rholine e Carlos Alberto, há a hipótese de um "agravante". O Estado informa que setores militares não esquecem os motivos pelos quais os dois foram condenados à prisão perpétua - uma ação armada em que um oficial do Exército ficou paralisado e um gerente da empresa Cornélio e Silva morreu. Entretanto, mesmo nesse rumo, a questão é um pouco nebulosa. Afinal, até novembro de 1975, Carlos e Rholine não foram isolados. Isso só veio a ocorrer após uma greve de fome feita naquela época. A princípio pensava-se que seria um castigo pela greve e teria tempo limitado. Mas já se passaram dois anos.

A atitude do juiz auditor em prometer a suspensão do isolamento sem um compromisso firmado e documentado por escrito, à primeira vista cheia a manobra para desmobilizar a ação extremada dos 76 presos políticos de seis penitenciárias. Mesmo que não colasse, era uma forma de colocar em banho-maria a resolução do impasse: permitir a vitória de uma expressiva greve de fome nacional ou correr o risco de um desfecho trágico, que na atual conjuntura de avanço do movimento oposicionista em geral, e das campanhas pela anistia em particular, fatalmente seria uma bandeira de elevado custo político para o regime.

(Flaminio Fantini)

O isolamento em Itamaracá

Separados um do outro e do restante dos presos políticos de Itamaracá, Carlos Alberto e Rholine vivem o dia a dia praticamente todo dentro da cela. Há apenas uma interrupção de duas horas pela manhã, para banho de sol, num retângulo gramado, com muros e cerca de cinco metros de altura, mesmo assim dependendo do humor do guarda. Ambos não podem comer no restaurante, recebem a bandeja direto na cela de três metros por quatro. Numa sala abafada, com guarda na porta, sábado é o dia da visita, inclusive conjugal. Toda leitura que entra é submetida a rigorosa censura prévia e os assuntos de política nacional e internacional

costumam ser cortados a gilete antes.

Este regime de isolamento carcerário foi imposto após a greve de 25 dias que os presidiários de Itamaracá fizeram em outubro de 1975, contra situação semelhante aplicada a outro de seus companheiros. "Durante os dois anos que se seguiram tentamos fazer ver aos componentes do Sistema a impossibilidade de conviver indefinidamente com problemas de tão graves consequências para os companheiros", relata um dos documentos do coletivo.

Uma carta dos familiares ao juiz auditor completa: "Sabemos que se torna mais fácil destruir um homem quando este se encontra só".

Essa greve de fome, enquanto instrumento de luta política e mecanismo de pressionar o governo a ceder, visa exatamente quebrar o isolamento carcerário e devolver Carlos Alberto e Rholine ao convívio dos demais presos políticos.

Começou em Itamaracá no dia 24, com 18 detentos. Estendeu-se nos dias 24, 26 e 27 nas duas penitenciárias do Rio, para 33.

Em Salvador, no dia 26, mais três, e depois mais um. Em São Paulo, atingiu 18 no dia 1º de maio. E mais três em Linhares, Juiz de Fora, na quinta-feira. Um total de 76 em greve de fome.

'A gente se mantém por opção ideológica'

Depoimentos de Theodomiro Santos e Paulo Pontes



Theodomiro

EM TEMPO - Quanto tempo vocês pretendem ficar em greve de fome?

Qual o limite de resistência das pessoas sem correr risco de vida?

Theodomiro - A experiência que a gente tem em termos de greve de fome mais prolongada foi de 33 dias, que ocorreu no Rio de Janeiro, na Ilha Grande. Não aconteceu nenhuma morte, apesar das pessoas ficarem num estado de saúde bastante precário. Quando a pessoa não tem problema de saúde, somente a partir do 13º dia é que começam a aparecer dificuldades mais sérias: pode-se pegar uma pneumonia, entrar em coma, ter uma parada cardíaca. Nossa greve atual é por tempo indeterminado, temos a disposição de não parar até o problema dos companheiros de Itamaracá ser resolvido.

Paulo - Não me canso de repetir que a greve de fome em Itamaracá tem o prazo mais prolongado foi em 74, o que sei é que a gente vai se debilitando, não sei bem quando a vida vai ficando em perigo; mas temos a disposição de levá-la até a solução do problema. Estamos numa greve

* Como se sente uma pessoa em greve de fome? Quais as suas reações físicas e psicológicas durante mais de dez dias sem comer, por própria opção? Quais as justificativas políticas do atual movimento grevista dos prisioneiros políticos?

Theodomiro, preso em 1970, aos 18 anos de idade: foi o primeiro brasileiro a ser condenado a pena de morte na base da atual Lei de Segurança Nacional, tendo depois sua condenação sido comutada para um total de 48 anos e 6 meses. Paulo também foi preso em 70, encontrando-se condenado atualmente a 19 anos e 10 meses.

política, de solidariedade. Até agora, no 12º dia sem comer, começo a sentir umas dores nos rins e também dores de cabeça.

ET - Como vocês estão se sentindo pessoalmente em termos psicológicos e ideológicos?

Theodomiro - A mobilização política em favor da greve funciona pra nós como uma espécie de estimulante. Deixa a gente mais firme para enfrentar a fome. No caso das meninas do Rio de Janeiro, que entraram em greve no ano passado, o médico disse que elas no 6º dia sem comer entrariam em coma e no 7º morreriam; mas elas ficaram dez dias e outras três ficaram 20 dias.

Paulo - A gente se mantém por uma opção ideológica, pelas posições que considera justas. No caso da greve de fome, claro que não é boa coisa. Eu sinto vontade de comer, sim, mas não como, pela compreensão da justiça da luta, pois o abandono da greve significa entregar os pontos da opção política.

ET - O objetivo central da greve atual aqui é a solidariedade ao pessoal de Itamaracá. Mas perguntamos: como relacionar este objetivo específico com outros mais gerais que interessam aos presos políticos, a exemplo da anistia?

Theodomiro - Primeira coisa que gostaria de situar é o porquê da necessidade da anistia. Pra mim ela deve vir como uma forma de se restabelecer justiça para todos aqueles que lutaram contra o regime de exploração violentíssima e de extrema repressão política, inaugurado em abril de 1964. Considero que esse regime contrariou desde o início os interesses mais gerais do povo brasileiro. A anistia deve vir para todos aqueles que se opuseram à situação, independente dos métodos que utilizaram para manifestar sua posição. Por isso defendo anistia geral, ampla e irrestrita.

Paulo - Em termos gerais a minha opinião não difere da do Theo. Gostaria apenas de acrescentar que os movimentos pró-anistia, embora representando um marco na luta democrática no Brasil nos últimos anos, parecem estar ainda muito fechados... E a principal conquista da anistia não surgirá da compreensão dos governantes e sim deverá ser fruto da luta conjunta da população, dos seus setores mais significativos; tem de ser levada aos bairros populares etc. em termos de massa, não só de lideranças.

ET - Que sabem vocês sobre a situação dos presos políticos de Pernambuco, em particular dos dois colocados em isolamento carcerário: Rholine e Carlos Alberto?

Theodomiro - Não bastasse o tratamento carcerário a que são submetidos os companheiros, que envolve desde péssima alimentação até uma censura brutal a publicações legais, os presos de Itamaracá têm como diretor penitenciário o Major José Siqueira. Quem é ele? É um dos principais implicados no assassinato do Padre Henrique, assessor de Dom Hélder Câmara. Além disso, esse mesmo Major foi o responsável direto pela morte de dois presos comuns em 1974. O isolamento de um preso por dois anos, como acontece com Carlos Alberto e Rholine, pode levar a distúrbios psíquicos, à loucura.

Paulo - Outra coisa importante, me parece, é que normalmente quando se começa uma greve de fome, o primeiro pronunciamento das autoridades é pra dizer que o problema já estava para ser resolvido. Dizem logo que a greve de fome é uma atitude de indisciplina e não uma forma de autodefesa do preso. A greve de fome é sempre o último recurso que o preso tem frente a intransigência das autoridades. (Sucursal de Salvador)

EDITORIAL

Salário mínimo

O anúncio do novo salário mínimo, às vésperas do 1º de maio, despertou protestos políticos por todo o país. Mesmo não sendo esperado um aumento superior aos que vêm sendo dados no decorrer destes últimos tempos, neste ano as reações ganharam uma amplitude inédita. E à frente dos protestos despontam os trabalhadores, cansados de sobreviver com os cintos apertados, em nome do "desenvolvimento nacional". Enfim, nunca os salários baixaram tanto quanto durante o 'milagre', enquanto os monopólios engordavam com enormes lucros. Hoje, no 'Brasil Grande Potência - 78', a menor remuneração oficial do país, recebida por cerca de metade dos trabalhadores brasileiros, compra menos pão e paga menos aluguel que o salário mínimo de 1940. Nos bolsos de quem foi parar os quase 40 anos de intensa acumulação de capital, com o Produto Interno Bruto e a produtividade se multiplicando inúmeras vezes? Que milagre foi esse que permitiu, em 1970, aos 10% mais ricos da população se apropriarem de 48% do bolo, enquan-

to os 50% mais pobres ficavam com apenas 14%, para usar os dados de Walter Barelli - do DIEESE?

As respostas têm sido dadas por representantes (ainda que nem sempre oficiais) dos próprios trabalhadores, durante os primeiros dias de maio. O arrocho salarial, só ligeiramente afrouxado nos últimos anos, vem sendo garantido pelo regime autoritário, que impede as mínimas condições de organização e de expressão dos trabalhadores. Nesse sentido, em quase todas as concentrações operárias (não organizadas pelo governo naturalmente) da 'festa do trabalho' deste ano, a luta por melhores condições de vida foi diretamente associada ao fim da repressão, ao restabelecimento do direito de greve e ao desatrelamento dos sindicatos da tutela do Estado.

Atualmente 'há dois Brasis', diz o documento do I Encontro dos Metalúrgicos da Baixada Santista, onde '5% da população explora os 95% restantes, que pro-

duzem e nada têm', logo 'o Brasil está sendo feito por nós, mas não para nós'. Revogue-se a legislação sindical brasileira de inspiração fascista, exigem 13 entidades sindicais de Porto Alegre em documento para o 1º de maio (Estado de S. Paulo, 30/4/78). Na verdade 'não existe liberdade sindical porque os trabalhadores não lutam por elas', prosseguem os metalúrgicos santistas.

A crise do regime militar e a reanimação dos setores oposicionistas têm permitido avanços na consciência política dos trabalhadores, que já perceberam a necessidade de conquistar as suas reivindicações. Além disso, seus segmentos mais organizados têm ido mais longe do que simplesmente exigir maiores salários ou independência para suas entidades. Eles lutam também por 'anistia ampla a todos os presos e perseguidos políticos', 'liberdade de manifestação e organização de todos os trabalhadores' (Manifesto do 1º de maio Operário Unitário com mais de 20 entidades) e pela supressão da repressão, ou seja pelo fim do regime autoritário.

Greve vitoriosa na FNM

Durou um dia a nova paralisação na maior fábrica de automóveis do Rio. Os metalúrgicos conseguiram 10% de aumento e salário calculado sobre 240 horas de trabalho, 30 a mais do que vinha sendo.

Nova greve na Fiat-Diesel, antiga FNM, no Rio. Ao contrário da primeira, em novembro (ver EM TEMPO: Experimental 1), quando os operários foram engabelados por promessas nunca cumpridas, desta vez os metalúrgicos da maior fábrica de automóveis e caminhões do Rio (11 mil operários) conseguiram, depois de 24 horas de paralisação, aumento de 10 por cento e salário calculado sobre 240 horas de trabalho, e não mais sobre 210 horas como vinha fazendo a fábrica há anos.

A greve - ocorrida no último dia 11 - foi fruto de uma revolta generalizada contra os baixos salários, os aumentos que os beneficiam uma minoria, as condições de trabalho e a violência da segurança interna da FNM. Mais uma vez, o sindicato esteve ausente e os operários não conseguiram formar uma comissão que negociasse com os patrões.

As reivindicações foram atendidas no segundo dia de luta depois de uma reunião da diretoria da fábrica com os chefes de seção, quando estes levaram os resultados ao resto dos operários. Os metalúrgicos da FNM não têm grupos de base, por seções, e só agora, com a posse da nova diretoria do Sindicato, começam a ser criadas as comissões sindicais.

AUMENTO PROMETIDO

Os operários esperavam, na folha de pagamento de abril, aumento geral prometido pela empresa desde dezembro. Sabiam, no entanto, que era improvável o aumento e estavam preparados para protestar. Ge-

almente, as folhas saem pela manhã, o que dá tempo para os operários retirarem dinheiro durante o dia.

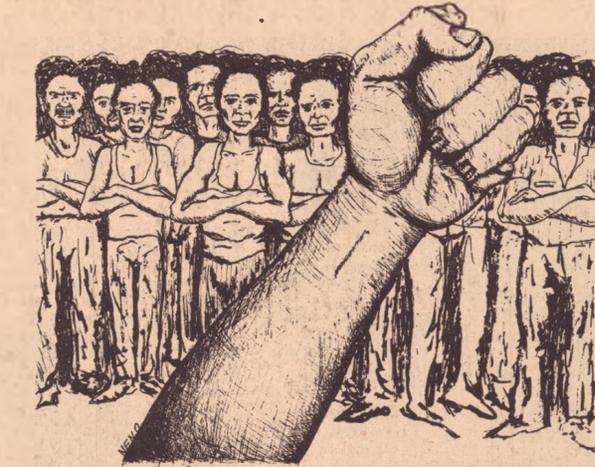
Na sexta-feira, 8 de abril, no entanto, talvez prevendo a reação de seus empregados, a Fiat só soltou a folha no final da tarde. Foi quando eles constataram que, novamente, os aumentos atingiam uma minoria privilegiada. Numa seção, por exemplo, de 40 operários, apenas um foi beneficiado. Era impossível, no entanto, articular a greve naquela hora, quando o turno estava praticamente terminado. Ficou combinado, então, que a greve começaria na segunda-feira, de manhã.

E, realmente, na segunda-feira, dia 11, a partir do turno da manhã, 80 por cento dos operários entraram em greve, principalmente os das seções de montagem de automóvel (o Alfa-Romeo) e caminhões diesel. A maior parte deles sequer mudou de roupa. Embora não tenha sofrido repressão da segurança interna da empresa, a greve começou com um incidente. Um tal de "Italiano", que os metalúrgicos também chamam de "Chefeão", abordou agressivamente alguns operários.

O quê que vocês querem? gritou.

Cadê o aumento? responderam, quase em coro. Cadê o pagamento das 240 horas? O pagamento da taxa de insalubridade. Vocês só querem produção e o aumento que vem falando há muito tempo não dá.

Depois deste diálogo áspero, os operários botaram o "Italiano" para correr, até que eles se refugiou



no escritório da firma. As 16 horas veio uma comissão da própria Fiat mas não tiveram com quem negociar. Na terça de manhã, logo às 9 horas, vários chefes de seção foram chamados para discutir o problema com a diretoria e voltaram com a resposta da Fiat: aumento de 10 por cento para todos e pagamento do mês de 240 horas, o que significa, na prática, o pagamento do descanso aos domingos, obrigatório por lei. Há oito anos, as diversas diretorias da antiga Fábrica Nacional de Motores só pagavam os domingos quando os operários trabalhavam, o que fazia com que o salário fosse calculado em cima de 210 horas de trabalho por mês.

Além da greve, a FNM continua agitada por diversos outros problemas. No início de abril, houve um incidente sério no refeitório. E, comum, quando um operário reclama da comida, ter o número de sua matrícula anotada por um guarda de segurança ou por um agente das CIPAs (Comissões Internas de Proteção Contra Acidentes) que, estranhamente, têm a função de fiscalizar a comida. No início do mês, vários operários foram reclamar com um agente da CIPA que o arroz estava cru e este tentou anotar suas matrículas. Os operários reagiram, "a porrada comeu", segundo expressão de um deles, e a diretoria foi obrigada a reconhecer a justiça da reclamação.

Sucursal do Rio de Janeiro

Sucessão estadual

Muitos os chamados, poucos os escolhidos.

Os bons cargos são poucos e os preteridos muitos. Sua distribuição requer um canal de aceitação geral. E o pacote de abril, criado para prejudicar a oposição, acaba consolidando o dissenso entre os que mandam e fechando as portas a uma acomodação mais suave.

O bipartidarismo oficial transforma as eleições em um desafio plebiscitário nocivo à estabilidade do regime - eis a conclusão a que chegaram até mesmo os analistas do sistema. Cada derrota da Arena ecoa como uma vaia definitiva lançada sobre todos os aspectos da trama ditatorial.

O recente processo de escolha de governadores e bônicos mostram que não é este o único impasse que o sistema eleitoral brasileiro impõe àqueles que o criaram. De recuo em recuo, através de medidas que remontam ao AI-2 e culminam com o pacote de abril, o governo montou uma regulamentação eleitoral inspirada sempre pelo casuismo e pelo medo da derrota, compondo uma arquitetura híbrida, remendada, prejudicial aos propósitos até mesmo de seus autores.

Nem nos referimos ao fato de que as eleições bipartidárias e indiretas não atendem aos interesses do grosso da população. Afinal, seria exigir demais de um regime autoritário. É importante no momento estar atento para outro aspecto: o sistema eleitoral, mais que um rito periódico, é também uma das formas de exercício de poder por parte da burguesia. Parece que o governo se esquece disto.

O que preocupa agora não é prioritariamente o desgaste que a impossibilidade de exercício pacífico de dominação dos grupos dominantes sobre o resto da sociedade traz - os traumas advindos do exercício da autocracia são um ônus com que o regime sabe que deve arcar (embora a contragosto) no momento. Enquanto o autoritarismo militar for uma opção ou uma possibilidade, ninguém se ilude: manda quem pode e a baioneta vale sempre um tanto mais que qualquer arrazoado ideológico.

A complicação vem de outro lado. Digamos que o pecado original está em 1964, no momento em que o novo regime, não se interessa por luxo ou necessidade, decide assegurar a convivência entre autoritarismo, arbítrio e parlamento. Ou seja, a despeito de toda a atrofia do sistema parlamentar-eleitoral, superpõem-se duas formas distintas de distribuição de poder e favores dentro dos setores dominantes: a que vem dos conchavos a nível do "poder executivo" e a que passa pelo voto popular.

Não é novidade que o sistema autoritário brasileiro desenvolveu exponencialmente os conchavos a nível do poder executivo. Os setores empresariais e suas entidades de classe sentiram-se por longo tempo à vontade no exercício de uma forma de articulação e defesa de interesses que lhes é muito cara e que passa a valer ouro em regimes de "executivo forte". As pressões, o suborno, as festas, os grupos de corredores e ante-salas ministeriais são o habitat político natural das multinacionais e da burguesia industrial e financeira mais forte.

A preservação do ritual parlamentar, que para os descontentes com forma de articulação política favorável aos interesses de oligarquias regionais de estados secundários, de setores agrários, em suma, daqueles grupos dominantes que ainda mantêm regionalmente a capacidade de capitalizar ou cabrestear votação expressiva.

Ambas esferas de articulação servem à variadíssima gama de inte-

resses da burguesia e inclusive distribuem sem maiores choques os benefícios do poder em períodos de expansão econômica acelerada. É natural que os grupos econômicos mais fortes detenham os privilégios das principais iniciativas da política econômica, cultivados através de seu acesso íntimo à tecnocracia governamental e ao aparato militar. Mas que ninguém despreze a importância que tem para um oligarca nordestino ver a si próprio ou a um seu preposto passeando o cargo senatorial pelos gabinetes federais onde se concedem os favores indispensáveis à vida econômica dos estados pobres.

A preservação do ritual parlamentar, que para os descontentes com o regime funciona como uma importante maneira de vaia o governo periodicamente e como uma limitada forma de expressão política, para os setores dominantes tem outras implicações. Significa que eles terão que utilizar a cooptação do voto popular como um modo - não exclusivo, e evidente - de administrar a distribuição de certas regalias do aparato estatal entre suas hostes.

Os postos políticos são também resultado de acomodações importantes no interior dos grupos dominantes. Um governo de estado é um tesouro a disposição de seu detentor: influências, concorrências, contratos, valorização de imóveis privados. E se em São Paulo a senatoria bionica é algo menor, doado a algum candidato ou imposto aos delinqüentes como cargo de sacrifício, ou se no Rio Grande do Sul a batata quente passa das mãos de Brieger as de Tarso, no Piauí e em Goiás, os candidatos formam filas.

Este é o "defeito" das escolhas indiretas no Brasil. Ao passar por cima do voto obstrui-se também, um canal legítimo de que dispõem os setores dominantes para seus acertos internos de contas. Em outras palavras, o medo à derrota total - reflexo da dificuldade de manutenção de formas mais democráticas de dominação no Brasil - transforma cada vez mais o executivo federal em arbitro absoluto na loteria dos favores. Os grupos preteridos mordem o pó da derrota, sem disporem de instrumentos alternativos de imposição. E sem se conformarem, como estamos vendo.

A lista dos preteridos inconformados é extensa: Alberto Silva no Piauí, Nunes Freire no Maranhão, Guazelli no Sul, Egidio em São Paulo etc. Quando um Paulo Egidio amado declara à imprensa que interromperá sua brilhante carreira sob o bipartidarismo, no fundo quer dizer que a acomodação em uma única sigla não atende mais aos interesses infinitos dos grupos localizados da burguesia.

Os bons cargos são poucos e os pretendentes muitos. Sua distribuição requer um canal de aceitação geral. E o pacote de abril, criado para prejudicar a oposição, acaba consolidando o dissenso entre os que mandam e fechando as portas a uma acomodação mais suave.

A esfera cada vez mais ampla das indicações federais pode solucionar o problema trazido pelo avanço firme da contestação democrática. Não da solução definitiva aos desejos dos poderosos. Sem ser ainda uma situação explosiva, já incomoda demais... (Maurício Coutinho).

O avanço do latifúndio



Apesar das declarações de boas intenções de vários setores governamentais, os dados do IBGE mostram claramente que o grande resultado alcançado pela política agrária do "milagre" brasileiro foi a concentração da propriedade da terra. E num ritmo muito mais acelerado do que o da década anterior.

Hoje no Brasil, os 46 grupos econômicos (na sua maior parte privados) que possuem estabelecimentos com mais de 100 mil hectares controlam nada menos do que 10,3 milhões de hectares. Ou seja, apenas estes 46 grupos controlam uma superfície de terra superior a tudo o que possuem as 2,6 milhões de famílias de minifundiários estabelecidas em áreas inferiores a 10 hectares.

Esta concentração da propriedade fundiária não é simplesmente uma herança do passado. Segundo alguns ideólogos e simpatizantes do regime instaurado em 1964, este ainda não teria tido condições econômicas ou políticas de resolver o problema agrário. Entretanto, a concentração da propriedade da

terra é um dos principais resultados da política econômica do regime.

Entre 1970 e 1975, os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares incorporaram a suas áreas nada menos que 21,4 milhões de hectares. Estes grupos ganharam em cinco anos uma quantidade de terras superior a tudo o que possuem as 3,3 milhões de famílias que trabalham em superfícies inferiores a 20 hectares. Os estabelecimentos com área superior a 1000 e inferior a 10.000 hectares incorporaram cerca de 10 milhões a sua superfície. Ao mesmo tempo, como se pode ver pelo quadro I, os estabelecimentos com área inferior a 100 hectares mantiveram suas áreas totais praticamente estáveis. Estes dados ficam mais claros ainda no quadro II, que mostra um aumento de 46,4% na área total dos estabelecimentos com mais de 100 mil hectares, contra uma elevação de apenas 0,3% naqueles com áreas inferiores a 10 hectares, e uma redução de 9% nos estabelecimentos que medem de 10 a 100 hectares.

O Brasil continua sendo o país dos latifúndios: esta é a principal conclusão que se pode extrair dos dados da Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1975, publicado em 1977 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Enquanto 1% dos estabelecimentos agrícolas (com área superior a 1000 hectares) controlam 42,7% da superfície agrícola, 52,2% dos estabelecimentos (minifúndios com menos de 10 hectares) ocupam apenas 3,2% da área total.

O desenvolvimento do Capitalismo na Agricultura agravou o Problema Agrário do País

Embora estes dados sejam significativos no que se refere à ampliação de poderio do latifúndio, eles não permitem o exame das principais tendências que caracterizam o desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira. O principal indicador do desenvolvimento das relações capitalistas de produção na agricultura - embora não a única - é a utilização de trabalho assalariado. O uso de máquinas, defensivos, fertilizantes, etc. a proporção da produção total que é comercializada, ou que é consumida na próprio estabelecimento, são também dados essenciais que permitem a verificação prática dos rumos gerais do desenvolvimento capitalista.

Uma propriedade de mil hectares pode servir (e serve em muitos casos) como fundo de especulação sem que nela praticamente nada se produza. Da mesma forma, uma propriedade de 10 hectares pode ser altamente mecanizada, empregar mão de obra assalariada e insumos industriais, como ocorre frequentemente no sul do Brasil.

Justamente, a grande limitação da Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1975 do IBGE é que ela não fornece os dados necessários que se possa analisar, concre-

tamente, qual o caminho principal que está tomando o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. A Sinopse não contém informações sobre o emprego de mão de obra, sobre o uso de máquinas, fertilizantes, defensivos, etc. Assim, não se tem nenhuma idéia do que ocorre (tanto do ponto de vista da produção, quanto da circulação) no interior destes grandes estabelecimentos que se desenvolveram de forma assustadora nos últimos anos. Portanto, não se pode determinar (a menos que se faça a confusão primária entre capitalismo e grande propriedade) quais as relações sociais predominantes em seu interior. Uma análise mais aprofundada e a nível nacional das principais tendências que caracterizam o desenvolvimento mais recente, dos últimos dez anos, do capitalismo na agricultura brasileira só será possível quando o IBGE publicar o Censo no seu conjunto.

Em todo caso, e apesar destas limitações, os dados publicados pelo IBGE mostram com toda a clareza que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, longe de resolver a questão agrária (isto é, a questão do monopólio da terra, juntamente com a existência de milhões de posseiros e pequenos agricultores pobres) contribui ainda mais para agravá-la. As características básicas da ocupação da terra no Brasil continuam sendo monopólio e a concentração da propriedade. (Ricardo Abrantes)

Tipos de área	estabelecimentos		estabelecimentos		estabelecimentos	
	(Mil)	Mil ha	(Mil)	Mil ha	(mil)	Mil ha
Menos de 10 ha	2.520,0	9.083	2.617,0	9.001	97,0	-82
10 a menos de 100 ha	1.394,0	60.070	1.898,0	60.106	504,0	36
100 a menos de 1.000 ha	415,0	108.742	446,0	115.907	31,0	7.165
1.000 a menos de 10.000 ha	35,0	80.059	40,0	91.251	5,0	11.102
10.000 ha a mais	1,4	36.190	1,8	46.348	0,3	10.156

Tipos de área	Variação na área dos estabelecimentos	
	1970	1975
Menos de 10 ha	0,3%	0,3%
10 a menos de 100 ha	9,0%	9,0%
100 a menos de 1.000 ha	6,6%	6,6%
1.000 a menos de 10.000 ha	14,0%	14,0%
10.000 a menos de 100.000 ha	23,6%	23,6%
100.000 ha a mais	46,4%	46,4%

Nosso objetivo são os leitores e nosso espaço é para os livros, editores, livreiros e gráficos. Mensalmente, jornalistas, críticos, professores e leitores analisam, resenham e polemizam em torno de livros inéditos, novas publicações e reedições à venda nas livrarias de todo o país.

leia e assinale

LEIA

LIVROS

Nº Avulso = 15,00
Assinatura (12 n) = 150,00

— Uma publicação da Editora Leia Livros Ltda. —
Redação: R. Barão de Itapetininga 93, s/1201 Fones: 36-0671 e 35-6667



Arrocho, greve, anistia.

Foi uma enxurrada de manifestos, documentos, boletins, jornais, volantes, convocatórias e panfletos, circulando por ocasião deste 1º de maio. Refletem o vigor com que os trabalhadores, oposições sindicais e movimentos que atuam nos bairros populares começam a se fazer presentes na cena política. Aqui alguns dos manifestos mais importantes de vários estados e um resumo das suas principais preocupações.

A atualidade da reivindicação que originou a data do 1º de maio, em 1886, quando operários de Chicago foram executados por que lutavam pela redução da jornada de trabalho para oito horas, é o ponto de partida da grande maioria dos manifestos distribuídos no 1º de maio. "A jornada de oito horas não existe na prática porque os trabalhadores, pressionados, buscam na execução constante de horas extras recuperar parte do que lhes é constantemente retirado pela política do arrocho salarial", diz um trecho do "Mensagem pelo 1º de Maio", documento de conclusão da Semana Sindical, promovida em Porto Alegre, nos dias que precederam a data, por três federações, nove sindicatos e duas associações de profissionais liberais.

O "Manifesto do 1º de Maio Operário e Unitário", de Osasco, assinado por nove oposições sindicais e 17 movimentos populares, amplia essa denúncia: "Os trabalhadores são a única força viva deste país. Nós fazemos mover as fábricas, as usinas, as empresas. E nada recebemos do que produzimos. Nós trabalhamos a terra que alimenta toda a nação. E milhares de nós passam fome. Nós construímos as escolas. E nossos filhos não podem estudar. Nestes últimos 14 anos, nossos direitos mais elementares foram duramente atingidos. Nossos salários foram archoados. E o desemprego sempre nos acompanhou como um terrível fantasma. Nosso ritmo de trabalho é um dos mais intensos de todo o mundo. E as horas extras que somos obrigados a fazer nos esgotam física e mentalmente, sem nem mesmo conseguirmos com isso o mínimo necessário para uma vida digna".

As reivindicações

No mesmo sentido aponta a "Declaração de Princípios" do Encontro dos Metalúrgicos da Baixada Santista, ocorrido no fim de semana: "O desenvolvimento econômico brasileiro tem sido feito em detrimento da manipulação de taxas e critérios incorrentes. A rotatividade de mão-de-obra ampliada com a substituição da Estabilidade pelo Fundo de Garantia, tem como consequência o crescimento dos lucros das empresas e a concentração

de renda nas mãos de poucos".

O rumo é o de "repudiar a atual política econômica do governo, responsável pelo arrocho salarial, pela perda do poder aquisitivo, pela alta do custo de vida e pela inflação", como resume a "Carta de Unidade e Ação dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul", uma das teses aprovadas por aclamação, no comício de Viçosa, em Porto Alegre.

Se todos concordam com a exigência genérica de melhoria das condições de vida para as classes trabalhadoras, há variedade no detalhamento do que vem a ser isso. Enquanto a maioria fica apenas no enunciado genérico de "fim do arrocho salarial", a "carta de Unidade" de Porto Alegre arrola uma série de lutas: "por condições de habitação que favoreçam as classes operárias e assalariadas, por condições de educação ampliadas e facilitadas para acesso aos filhos dos trabalhadores, inclusive o ensino superior; pela expansão da infraestrutura urbana, luz, água, esgotos, pavimentação, etc., aos bairros e vilas populares, em especial pela melhoria do atendimento da saúde as populações carentes e de poucos recursos". O "Manifesto" de Osasco pleiteia um aumento de 20% a todos os trabalhadores, sem descontos nos reajustes, e um salário mínimo nacional.

Terreno político

Quando passam para as exigências e propostas no terreno político os signatários dos diversos documentos apresentam uma proximidade significativa. Liberdade sindical e direito de greve, por exemplo, são bandeiras que figuram em todos eles. A "Mensagem" gaúcha esclarece: "A luta contra a alta do custo de vida, por salários compatíveis com uma vida digna, não pode ser dissociada da luta pela estabilidade no emprego, pelo direito de greve, pela liberdade em autonomia dos sindicatos. Entende-se a liberdade sindical não somente como um direito social e econômico, mas também como um direito

político reconhecido pelo consenso internacional. Não existem possibilidades de serem efetivadas convenções coletivas de trabalho que realmente representem os interesses e as necessidades dos trabalhadores enquanto não se firmarem garantias democráticas de liberdade sindical e consequente revogação da política do arrocho salarial, que descarrega os custos do desenvolvimento nos ombros dos assalariados."

O modelo sindical vigente é o alvo que atrai ataques bem incisivos: "É necessário que se revogue a legislação sindical brasileira, de inspiração fascista, que quer fazer, e normalmente faz, dos Sindicatos meros órgãos assistenciais sob controle governamental". Assinala a "Mensagem" gaúcha. A "Declaração" santista confirma este ponto de vista: "A atual estrutura sindical brasileira reprime a organização dos trabalhadores transformando os sindicatos em verdadeiras filiais do INPS. A vinculação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho tira a sua independência de atuação".

E a "Carteira de Unidade" agrega o seguinte: "No 1º de Maio os trabalhadores devem dizer a toda a nação que sabem que a política de amordaçamento sindical, aviltamento do direito de greve, a perseguição aos trabalhadores comprometidos com a sua classe, o controle das informações e a ausência de liberdades tem como objetivo garantir um modelo econômico que é anti-social, anti-popular e anti-nacional".

A "Carta de Unidade" defende ainda uma Assembleia Nacional Constituinte livremente eleita e a anistia ampla total e irrestrita aos brasileiros punidos por razões políticas, incluindo "as lideranças trabalhadoras que foram impugnadas para as direções sindicais pelo famigerado Atestado Ideológico".

Também o documento de Osasco, avançando nas formulações políticas incorporando a anistia ampla a todos os perseguidos políticos" e a palavra de ordem de "liberdade de manifestação e organização para todos os trabalhadores". Entretanto, os demais documentos apresentam formulações ainda acanhadas em termos políticos.

(F.F.)

Um palanque sem pelegos e sem o governo

É o 1º de maio de Osasco em 1978

"Levantamos a voz de protesto contra a injustiça e a opressão que sofre a classe trabalhadora, que constrói o desenvolvimento, e não participa das riquezas e da vida política do país" (Saudação do caldeireiro Zé Pedro, do palanque improvisado para comemorar o Dia Internacional dos Trabalhadores.)

"Esse salário mínimo que foi dado justamente hoje, 1º de maio, para enganar a luta dos trabalhadores, não dá para comprar nem uma garrafa de vinho no banquete que o governo e os pelegos vão fazer logo mais no Palácio dos Bandeirantes".

A massa de dois mil trabalhadores e estudantes aplaudiu com entusiasmo durante quase um minuto esta denúncia, lançada por um representante da Oposição Sindical dos trabalhadores da construção civil. São pouco mais de quatro horas da tarde, na Igreja do Bonfim, em Osasco São Paulo. Começa a esquentar a manifestação unificada que nove oposições e mais de uma dezena de movimentos de bairros populares convocaram para comemorar a passagem do Dia Internacional do Trabalhador. Pela primeira vez, em dez anos, o governo e os pelegos não participam de um palanque de 1º de maio.

"A nossa categoria da construção civil é uma das que mais têm tido mais companheiros mortos - prossegue o orador, - com tropeços na gramática. Não torturado dentro das cadeias, dentro da repressão, como é comum, mas

sim torturado e obrigado a trabalhar em andaime sem segurança, de onde caem e perdem suas vidas. Neste país onde a classe operária não tem direitos, além de morrer nas cadeias e nas prisões, ainda morrem dentro das fábricas, debaixo dos ônibus, na periferia de doença e miséria por causa de um baixo salário. Nossa homenagem para aqueles que já deram sua vida".

A assembleia redobra as palmas, espalhada, sentada pelo chão de terra do quintal da igreja, já que lá dentro não coube tanta gente. Pelos muros as faixas exigem o "fim do arrocho salarial" e a "liberdade de organização e manifestação para os trabalhadores". E o orador ainda cativa a atenção:

"Enquanto nós da construção civil construímos metrô, a ponte Rio Niterói, nossas famílias ficam na periferia, morrendo em favelas, pisando em água podre, chupando bagoço de laranja, comendo pão seco, ou nas portas das igrejas pedindo assistência social, que dá um prato de comida prum homem digno que trabalha 16 horas por dia. O povo da construção civil são nordesti-

nos e os exploradores do povo aproveitam daqueles companheiros que saem de lá para vir defender o seu pão aqui na cidade grande. Aqui eles são enganados e tapeados".

Na rua em frente, viaturas da Ronda e do Tático Móvel, da Polícia, circulam insistentemente. No quartel do Corpo de Bombeiros, ali pertinho, um batalhão de choque da pm está de prontidão. Entretanto, a manifestação segue tranquila, e cada vez mais decidida nas denúncias e nos discursos inflamados dos oradores que se sucedem, na sua grande maioria operários da Grande São Paulo.

"Uma minoria esmaga a maioria"

O palanque foi improvisado sobre o teto de cimento, na lateral da igreja. Subiram duas mesinhas, recobertas com a faixa "Direito de Greve", e meia dúzia de cadeiras. Para chegar lá em cima, era preciso trepar numa escada de pintor. Quase duas dezenas de pessoas fizeram esse caminho. A mesa era presidida por cinco operários, um de cada uma das cidades da Grande São Paulo, e mais um representante dos bancários.

O caldeireiro Zé Pedro da Silva, líder da Oposição Sindical Metalúrgica de Osasco, era quem dirigia os trabalhos. Ele abriu o ato afirmando que "o 1º de maio era um dia de luta e de luta da classe operária". "Porisso nós batalhamos para tirar em conjunto essa manifestação, onde fomos levantar nossa voz de protesto contra a injustiça e a opressão que sofre a classe trabalhadora brasileira, que é a mais importante, que constrói o desenvolvimento, e no entanto não participa das riquezas e da vida política do país. O crescimento da indústria, a riqueza que aumenta na mão de uma minoria que esmaga a maioria".

Para chegar a este ato, os organizadores fizeram cinco reuniões preparatórias, e distribuíram cerca de cinquenta mil boletins nas portas das fábricas. Zé Pedro é otimista e acredita que "no ano que vem vamos conseguir fazer atos unitários com 50, 60 ou 100 mil trabalhadores". A parte de seu discurso, a voz elevada, que mais agradou os participantes foi a referência à Anistia: "Porque nossos companheiros foram banidos e presos? E porque lutavam por uma sociedade melhor, porque não concordavam com arrocho do salário, com a falta de liberdade sindical, com o lucro na mão de uma minoria e com essa vergonha que nós temos na nossa terra que são os bóias frias. É preciso trazer estes companheiros para nosso convívio".

Até a hora de terminar, pouco antes das sete da noite, o ex-líder operário José Ibrahim, de Osasco que hoje amarga o exílio na Europa, foi lembrado e homenageado diversas vezes, como a grande figura ausente deste 1º de maio unificado.

(Flamínio Fantini)

Os rumos em debate

Mesmo que tenha mobilizado um número de operários muito menor que as comemorações oficiais do governo, o "1º de maio Unificado" apresentou um marco nas lutas dos trabalhadores no momento. Até mesmo a marcante presença estudantil não contribuiu para diluir seu caráter de classe, ao contrário do que insinuaram no dia seguinte vários órgãos da grande imprensa. Afinal, a composição da mesa e a grande maioria dos que discursaram eram inegavelmente trabalhadores ou participantes dos movimentos de bairro da periferia, bem como parcela bastante significativa dos presentes. Outro argumento que completa foi fornecido por um dos membros de oposição Sindical que participou da mesa: "as palavras de ordem defendidas e o conteúdo todo do ato foi operário", disse.

Por outro lado, o ato de Osasco terminou com uma questão aberta: a sua própria continuidade. Ao que tudo indica, as Oposições Sindicais deverão agora debruçar-se para eleger um rumo para capitalizar os saldos organizativos desta experiência, fruto de um lento acumulado de forças ao longo dos últimos anos e das recentes campanhas da reposição salarial e do movimento do custo de vida.

Uma proposta já foi lançada na Assembleia, pela Oposição Sindical dos Bancários: formar um comitê de Luta Contra o Arrocho.

Partindo da idéia de que "o significado do 1º de maio é a retomada das nossas lutas conjuntas, dez anos depois da última manifestação dos trabalhadores", este organismo teria as seguintes tarefas: "lutar por um abono de 20% imediato e sem descontos, a todos os trabalhadores; lutar por um salário mínimo que reponha as perdas de seu poder aquisitivo, por ampla liberdade sindical, pelo direito de greve, por uma confederação de todos os trabalhadores, pela liberdade de manifestação e organização e por uma anistia ampla." Além disso, o Comitê teria um órgão de divulgação próprio - "O 1º de Maio" - e a perspectiva de organizar um Congresso de Trabalhadores da Grande São Paulo.

Quaisquer que possam ser as opiniões que os membros das Oposições Sindicais possam ter sobre esta proposta, principalmente aquelas que tem maior representatividade de base, a questão está posta na mesa de debates. Embora tenha surgido para discussão e aprovação durante o 1º de maio unitário, ela nem chegou a ser colocada em votação, uma vez que os componentes da mesa entenderam que fugia ao caráter do encontro. Ficou para ser aprofundada posteriormente nas bases das Oposições Sindicais. Há uma hipótese provável que a idéia do Comitê fique na gaveta por um tempo indefinido, à espera de que a conjuntura evolua até o seu nível.

A missa dos cinco mil

Em Minas, a Pastoral Operária lembrou que Cristo foi morto pelos poderosos do seu tempo, assim como os mártires de Chicago. Também nos outros estados o 1º de maio este ano apresentou comemorações independentes, como mostram os informes das sucursais.

A chuva miúda que caía sobre a Cidade Industrial não conseguiu fazer com que cinco mil trabalhadores ardessem o pé da praça da CEMIG, onde na manhã do 1º de maio estava sendo celebrada uma missa pelo transcurso da data e encerramento da Campanha da Fraternidade, celebrada pela Pastoral Operária de Contagem e Belo Horizonte.

A despeito da presença de mais de 30 mil policiais do DOPS, que, afoitos, registraram detalhadamente com fotografias os manifestantes, as comemorações ocorreram tranquilamente. Sem nenhuma apreensão por parte dos presentes, como assinala o depoimento do metalúrgico José Moacir, 25 anos: "Eu não acho que o que eles estão falando é subversivo. É subversivo para os que não querem aceitar uma coisa assim tão bacana. Os problemas dos trabalhadores são esses que os padres estão falando, pelo menos eu acho que os meus problemas estão todos contados aqui. O ponto principal dessa missa aí da igreja, foi unir os trabalhadores".

Mesclando os princípios evangélicos com reivindicações dos operários a homilia, lida por um operário, dizia: "Felizes os que participam das Associações de Bairros, felizes os operários que lutam em favor de seus colegas nas oposições sindicais"... Ao que todos respondiam em coro: "Bendito aquele que vem em nome do Senhor".

A parte da missa reservada às preces dos bairros; principalmente os da Cidade Industrial, atacou em cheio os problemas vividos hoje pelos que trabalham e por suas famílias. Um a um os

bairros das Industriais, Cabana do Pai Tomás, Durval de Barros, Vale do Jatobá e outros foram pedindo "para que os salários cubram o custo de vida e nos permitam uma vida decente", "para que os sindicatos sejam livres, expressão da nossa classe e defensores dos nossos direitos", "pelos presos, pelos que não têm liberdade, pelos que estão com medo de proclamar a verdade", "para que continue vivo o tema da campanha da fraternidade; Trabalho e justiça para todos", todos seguidos do indefectível "rezemos ao senhor".

Os padres estavam tranquilos e alegres, sem apreensões com a invasão policial da igreja, no sábado anterior, em que foram levados alguns documentos impressos. Quase ao final da manifestação, depois de erguida uma faixa com o slogan da campanha da fraternidade, foram feitas três orações: "Pelos presos políticos de Itamaracá, que estão em greve de fome", "Pela Anistia" e "Por aqueles que estão aqui entre nós, não participam de nossa confraternização e estão aqui nos espiando", esta em irônica referência à polícia. O mesmo padre concluiu: "Irmãos operários, nós ouvimos muito falar em trabalho, justiça e paz. Nós acreditamos que é possível lutar, sofrer e até morrer por um mundo onde haja mais trabalho e justiça e paz para todos".

Frei Eduardo Metz, coordenador da pastoral operária da cidade industrial comentou: "A missa missa com essa participação de 5 mil operários foi o resultado de um longo trabalho de base, um trabalho discutido, feito nas periferias. Uma manifestação como essa não

nasce espontaneamente, não é um jogo Atlético x Cruzeiro, que o pessoal vai se divertir".

O Comício dos Gaúchos

O cinema Radar, em Viçosa, cidade dormitório da Região metropolitana de Porto Alegre, foi pequeno com seus 600 lugares para abrigar o grande número de trabalhadores que compareceram à manifestação promovida pelo Departamento do MDB. Estavam presentes inúmeros parlamentares do MDB, entre eles o deputado Pedro Simon e o senador Paulo Brossard, e o plenário decidiu a certa altura que a palavra seria dada prioritariamente aos trabalhadores, "pois afinal aquele era seu dia". Cada vez que o nome de Brizola era citado a platéia desmanchava-se em ovacões e aplausos. Entre as moções aclamadas, uma exige a estatização do transporte coletivo, outra protesta contra o desemprego crescente em Viçosa, e uma terceira reivindica revisão salarial trimestral para acompanhar o custo de vida. Falaram representantes de assalariados de várias localidades e dirigentes sindicais. Quem fechou o comício foi Brossard, apoiando a candidatura de Pedro Simon ao Senado e conclamando todo o partido a fazer o mesmo.

Vaias ao Peleguismo em Recife

Cerca de quinhentas pessoas, na grande maioria trabalhadores, compareceram ao Colégio Arquidiocesano, no

Bairro Boa Vista, Recife, a uma assembleia coordenada pela Comissão do Mundo do Trabalho, que congrega diversos setores católicos que atuam junto aos trabalhadores, como a ACO e Pastoral Operária. História do Movimento operário, custo de vida e sindicalismo foram alguns dos temas de quadros de teatro apresentados, com viva participação do plenário, que dialogava com os atores, vaiva os atores pelegos, e participava de uma assembleia sindical simulada, na qual a oposição tomou a mesa da situação para discutir a reposição salarial. Com a assistência de pé, foi lida um manifesto de 1º de maio. "Nossos sindicatos andam muito enrolados, amarrados, dirigidos por bajuladores comprados. Temos que ser de novo donos da nossa casa", diziam um trecho.

Teatro em Salvador

Na praça da Piedade, bem no coração de Salvador, cerca de 250 pessoas, entre estudantes, intelectuais, trabalhadores e moradores da periferia se reuniram para assistir a uma apresentação do Teatro Livre da Bahia.

Foi mais uma das apresentações do "Teatro de Rua", que há algum tempo vem sendo levado nas praças públicas e bairros de Salvador. Desta vez teve um sentido especial, pois como anunciou Beivindo Cerqueira, ator e diretor do grupo, era uma homenagem aos trabalhadores.

"Estamos aqui nesta praça da Piedade, onde foram enforcados os líderes da Revolução dos Alfaiates, esta é uma ho-



Na Cidade Industrial, a exigência de trabalho e justiça.

menagem aos trabalhadores e a todos que com o suor do seu rosto ganham o pão de cada dia". Dito isso, cada um dos membros do grupo levantou-se e gritou o nome de uma categoria profissional: metalúrgicos, bancários, empregados domésticos, garis, engenheiros, lavadeiras, escritores, atores, garçons, operários da construção civil, e houve até quem gritasse "ao operário que não tem emprego certo".

O "Teatro de Rua" mostrou duas pequenas peças: "O Justo Juiz" e "O Homem do Canivete". A primeira contava a história de um fazendeiro avarento e explorador dos seus empregados e o seu julgamento depois de morto, ao lado de um negrinho, seu empregado. E no julgamento, no céu, um "deus", curtidor e também irreverente, depois de ouvir o relato dos dois personagens, sobre suas vidas na terra, manda que anjos belos e bonis banhem com perfumes e depois untem com mel o fazendeiro e que anjos ruins e feios sujem de lama, fezes e toda

espécie de imundície, o negrinho. E, concluindo que todos são iguais, o "deus" ordena que cada um dos julgados passem a língua no corpo do outro.

A segunda peça, em cordel, contava a história, verdadeira, de um maníaco sexual que por muitos meses, no ano passado, andou furando as nádegas das mulheres em Salvador. E aí os atores aproveitaram para ironizar vários aspectos da realidade hoje, tais como as filas de INPS, a dificuldade dos transportes coletivos, o alto custo de vida e a ação da polícia, e de como as autoridades policiais tentaram colocar para a população o "perigo" e "insegurança" que aquele doente trazia para a cidade. No fim mais uma ironia: enquanto uma das "autoridades" anunciava a prisão do maníaco e dizia que a cidade agora estava em paz e segura, o resto do grupo representava, novamente, as filas do INPS, a precariedade do transporte coletivo, o alto custo de vida e agitação da cidade.

Balançando o coreto



JOÃO R. MARTINS F.

— É com satisfação que recebemos em nosso sindicato a presença de nosso amigo, senador Franco Montoro!

— Uuuuuuu! Fora! Demagogo!

Quem chegou às 8 hs na sede ainda vazia do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (SP), notou que as faixas de pano confeccionadas pela entidade estavam bem arrumadas, organizadas, padronizadas.

A preocupação com o controle absoluto da manifestação do 1º de Maio convocada pela diretoria já se manifestou aí. Esse controle, porém, não foi possível. Muita coisa vazou. Fugiu ao planejado. Os representantes das oposições sindicais conseguiram falar, ainda que obrigados a dar o nome e local de trabalho, e de se apresentarem enquanto "um operário x de uma fábrica y" e não enquanto representantes de oposições sindicais organizadas. Já na entrada da sede do Sindicato, os cartazes de propaganda da chapa 3 (oposição à atual diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo) colados nas paredes, tinham sua identificação tapada por retângulos de papel. Esse tipo de censura indicava a existência de laços de solidariedade entre as diretorias dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo e Santo André. Ambas com longa tradição de "bom comportamento". Seus discursos hoje "radicalizados", lançam confusão. Porém, não causam grandes surpresas. Nem impacto.

Que forças sociais se organizariam em torno das propostas conservadoras do presidente do Sindicato dos metalúrgicos de Santo André, senão aquelas que já trazem em seu bojo o projeto de um "socialismo" que "busca equilíbrios", muda a fachada mas, mantém no essencial a exploração do trabalhador pelo capital?

Fato positivo e animador foi a presença massiva de operários. Às 10 horas, já somavam aproximadamente dois mil. Houve da parte dos operários muita receptividade às denúncias feitas contra o atual regime militar. Contra a falta de liberdade. As torturas. A repressão à li-

vre organização dos trabalhadores. Foram entusiasticamente aplaudidos os oradores que se posicionaram em defesa do direito de greve e pelo fim do arrocho salarial. Esses dois últimos pontos foram colocados enquanto "pontos centrais de sustentação desse regime que oprime e garante a exploração da classe trabalhadora pelos patrões", no dizer de um dos primeiros oradores das oposições sindicais.

As oposições sindicais denunciaram também com muita veemência, o que chamaram de o "banquete dos pelegos, dos traidores da classe operária que almeçam no Palácio dos Bandeirantes o sangue do trabalhador brasileiro".

Durante toda a manifestação, reações acaloradas interrompiam os discursos, criavam expectativas para as próximas falas.

Interrompe-se a música carnavalesca que os auto-falantes soltavam: "Tá todo mundo louco! óba!" Olhos atentos na mesa diretora dos trabalhos. Marcílio, presidente do sindicato, dá início à manifestação:

— Hoje! Um dia de luta! Um dia de Civismo!

Após a composição da mesa ouve-se o Hino Nacional e faz-se um minuto de silêncio em memória dos que morreram pela classe operária. Marcílio inicia seu discurso lamentando a ausência dos senadores convidados, Franco Montoro e Orestes Quêrcia, ambos do MDB.

Seu discurso em tom inflamado, denuncia o governo que: "acoberta os patrões que nos exploram". Defende que, "através da contratação coletiva se enfrenta os patrões". E para isso: "é necessário que reconquistemos o direito de greve". A greve segundo ele é: "a melhor forma de manter o equilíbrio entre o capital e trabalho" e o contrato coletivo, segundo suas próprias palavras: "evita o aumento de problemas entre empregados e as firmas".

Aqui os discursos das oposições sindicais ou de operários foram diferentes. As oposições também assumem as lutas pelo direito de greve e contratos coletivos de trabalho. Porém ao emcampar essas reivindicações não visam atingir um equilíbrio entre operários e patrões. Tão pouco querem amaciar os problemas. Esconder as contradições. Nos pareceu justamente o contrário. Fundamentam a necessidade de superar essas contradições.



JOÃO R. MARTINS F.

Por exemplo, foi desta forma que uma delas defendeu o direito de greve: "A greve é nossa principal forma de pressão contra o arrocho salarial, ela aumenta o poder de barganha e de organização da classe, isso tudo prá que o trabalhador se faça respeitar. E o trabalhador que deve decidir sobre seu próprio destino".



JOÃO R. MARTINS F.

Sobre os contratos coletivos de trabalho afirmaram: "Ele aumenta o poder da categoria, dá mais estabilidade, evita a grande rotatividade da mão de obra. E uma conquista importantíssima para a categoria".

Um alerta importante nos deu um dos membros das oposições sindicais ali presente: "Veja - disse - o



JOÃO R. MARTINS F.

discurso de Marcílio é parecido com o nosso e em vários momentos aponta para as mesmas reivindicações. O que muda são as formas de levar essas lutas adiante. Vê se ele fala em formação de grupos de operários por fábrica. Na construção de comissões de fábrica".

Não falou.

No início de seu discurso chegaram com alguns minutos de diferença os atrasados senadores do MDB além do presidente da Assembleia Legislativa paulista. Na chegada do primeiro, Marcílio suspende seu discurso:

— É com satisfação que recebemos em nosso sindicato a presença do nosso amigo, senador Franco Montoro!

— Uuuuuuu! Fora! Demagogo!

As oposições sindicais denunciaram torturas e assassinatos. Conclamaram os companheiros a lutar pela volta de líderes operários hoje no exílio.

Marcílio engrossa a voz, pigarreia, interrompe as vaia e pede respeito. O plenário se acalma mas permanece em surdina um buxio inquietante. Um clima de expectativa. O senador Montoro com alguma dificuldade abre caminho entre operários. Visivelmente sem jeito, nervoso, cumprimenta o primeiro que encontra na mesa (o representante da Delegacia Regional do Trabalho). Senta-se.

Marcílio retoma o discurso, mas por pouco tempo. Chegam Orestes Quêrcia e Natal Gale. Os reclamos e vaia se intensificam:

— Chega de enroladores!

Para efeito de registro, justiça se faça. Quêrcia e Gale foram calorosamente bem mais vaiados que Montoro. Este último já na mesa, desmanchou o resto do tímido sorriso parlamentar que com dificuldade ainda sustentava. As justificativas sobre as vaia, dadas posteriormente, não convencem. Os que lá estiveram, notaram que no momento das vaia, dos gritos de protestos, nenhum membro da mesa teve condições de abafá-las. Elas voltaram a se repetir durante os discursos dos dois senadores. Natal Gale nada mais disse além de que "estava ali para dar parabéns e representar a família paulista" (?). O episódio serve para sérias refle-

xões. O discurso de um operário feito logo após as vaia em alguma coisa nos esclarece: "Não precisamos de senadores e deputados bem nutridos e bem vestidos que vão ao Congresso blefar como se estivessem defendendo os interesses da categoria".

Quem pode

e quem não pode

explorar

O discurso de Marcílio é importante porque talvez represente um possível consenso entre os setores que compuseram a mesa. Ele reclamou do "empobrecimento dos trabalhadores". Propôs uma reforma agrária que "aumente a produtividade". Acusou as multinacionais de "atrapalharem o desenvolvimento de nossa economia". Exigiu medidas saneadoras do governo. Reclamou que "as indústrias nacionais exploram o trabalhador porém hoje devemos combater, ir contra, o capital sem pátria e explorador".

Denunciou que o FGTS "acabou com a estabilidade e quebrou os últimos liames que uniam patrão e empregado". Defendeu a autonomia universitária e o desatrelamento dos sindicatos do Ministério do Trabalho. Em termos políticos mais gerais pediu a volta do país ao Estado de Direito. Em suma, sintetizou com maestria em seu Manifesto à Nação, o programa dos moderados do MDB.

Terminou seu pronunciamento pedindo que o manifesto fosse aprovado também pelos governantes, "pelas nossas autoridades, em benefício da pátria que tanto amamos". Fez uma última crítica "ao patrão ganancioso que do alto nada vê" e dessa forma "atrapalha um desenvolvimento rápido e justo do país". Elogiou os estudantes, pois "a vida respaldece na juventude" e disse acreditar que, apesar de todos os entraves: "uma manhã brilhante nos espera".

E aqui acrescentamos nós, se o "amanhã que nos espera" é aquele que Marcílio propõe, se possível, que o Bom Deus nos livre dele e dos limites estreitos de suas propostas.

(Sérgio Squilanti
Gilberto Morgado
Mário Albuquerque)

Todos em volta da Mesa

Como "Um dia de Luta", Benedito Marcílio, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, definiu o 1º de Maio. As oposições sindicais presentes disseram que todos os dias deveriam ser de luta.

Sentados na mesma mesa - lado a lado - sob a direção de Marcílio, somaram-se desde o representante da Delegacia Regional do Trabalho (que todo mundo está careca de saber a quem serve), até representantes da Convergência Socialista. No meio, presidentes de Associações de Amigos de Bairro, Pastores, Pastoral Operária, antigos e conhecidos presidentes de entidades sindicais, senadores bem falantes e moderados como Franco Montoro e Orestes Quêrcia, o Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo e outros convidados. Sem dúvida uma mesa forte. O DCE-LIVRE da USP, foi convidado a comparecer, mas não recebeu convite para falar. Só falou no fim e depois de muita pressão, quando a manifestação já estava bem esvaaziada.

Algumas oposições sindicais que fizeram denúncias concretas de problemas que vêm enfrentando falaram por último e também depois de muita briga. Foram elas que deram à manifestação um caráter mais classista. Lembraram por exemplo o assassinato de vários operários, como Manoel Fiel Filho, Olavo Hansen. E também de outros companheiros líderes da classe operária, hoje no exílio: José Ibrahim, José Barbosa, Manoel da Conceição. Varias dessas oposições se posi-

cionaram contra a criação de um Comando Nacional dos trabalhadores. Elas temem que esse órgão hoje ficaria sobre controle total dos pelegos.

A composição da mesa e a qualidade de seus discursos lançou de imediato no ar algumas dúvidas: Quem conseguiu reunir aqui estes dois mil operários? Que ato é este? Que perspectiva operária está aqui representada?

A idéia de socialismo de várias formas levantadas não assustou os operários, ao contrário do que muitos pensam. Porém, a defesa de um Partido Socialista cuja composição a mesa que dirigiu os trabalhos era uma pequena amostra, não deu prá ninguém entender. Nem a própria mesa. A maioria dela nada disse a respeito do Partido Socialista proposto.

As imagens finais da manifestação registram a troca pública de abraços efusivos entre representantes da Convergência Socialista e os senadores do MDB e, destes com o presidente do Sindicato, Benedito Marcílio que, durante a manifestação, aproveitou o embalo e soltou um comunicado "aos trabalhadores e ao povo em geral", anunciando que o diretório do MDB de Santo André o tinha indicado para concorrer, na convenção do partido, a uma vaga de deputado federal.

Demagogias a parte, cuidado "povo sofredor" ao sear vossas lágrimas, como pedem as faixas do sindicato. Tem lágrima de crocodilo na jogada.

"Feliz ano de trabalho e de luta..."



J. S. ANDREAS

As manifestações no 1º de Maio, promovidas por setores da Igreja Católica, ou sendo mais preciso, manifestações conjuntas de setores da Igreja Católica e de outros setores que fazem trabalhos de base, tiveram um caráter opoicionista mais claramente definido, nos lugares onde a organização das manifestações foi democrática.

Não foi o caso do que ocorreu no Colégio Santa Maria na zona sul da cidade de São Paulo - única manifestação a se realizar no mesmo dia e horário da manifestação programada pelas oposições sindicais em Osasco (SP). No colégio Santa Maria, a palavra foi aberta apenas para representantes da Pastoral Operária e a tônica principal da manifestação foi dada pelo lema da campanha da fraternidade deste ano promovida pela CNBB - "Justiça e Trabalho Para Todos". A presença amplamente majoritária de trabalhadores neste ato se repetirá, também, nos que ocorreram no dia anterior em Jardim Miriam, com 200 participantes, na igreja do bairro de Cangaíba com 800, e na igreja do bairro de São Miguel Paulista com 1.000. Todos, bairros periféricos da capital paulista.

Nesses três últimos bairros, zona leste além de representantes dos trabalhos de base da igreja e do bispo da região, D. Angélico, falaram também representantes de outros setores de oposição ao regime. D. Angélico, segundo pessoas que o conhecem, esteve "muito inspirado". Falou por exemplo que: "O

novo salário mínimo é 1.560 cruzeiros. O ministro do Trabalho disse que foi um aumento maior do que o aumento do custo de vida. Como podem, minha gente, continuar mentindo desse jeito sobre o sofrimento do trabalhador? Esse salário mínimo é uma vergonha!" Representantes do Movimento Custo de Vida, presentes aos atos, ao falarem, nada acrescentaram aos pronunciamentos da Igreja vem fazendo. A insistência em caracterizar o Movimento Custo de Vida enquanto um movimento que não é de oposição ao governo, por parte de representantes de sua coordenação, os colocou nitidamente como os pronunciamentos mais atrasados e confusos que os trabalhadores ouviram.

Interesse maior despertam as falas de oposições sindicais, representantes de comunidades de base, donas de casa, operários.

ESTÃO FALANDO ALTO...

Vale a pena tentar uma síntese desses vários pronunciamentos. A clareza dessas falas - umas mais "complicadas", outras absolutamente espontâneas - revelam um pouco do que anda na cabeça dos que hoje, não só nos bairros, estão falando alto.

Depoimento de um operário qualificado, de meia idade: "Eles queriam que trabalhasse no dia 30 e no dia 1º de Maio. Domingo eu já não trabalho. E no dia 1º de Maio, nem por 500% eu

trabalho. Se eu vier a trabalhar nesse dia estou desacreditando a minha pessoa e a de todos os trabalhadores... Isso era uma forma de boicotar o dia dos trabalhadores, obrigando a fazer hora extra. É o mesmo que convidar para ir no Play Center, para ver futebol com portão de entrada aberto. Isso tudo é uma forma que encontramos para evitar que os trabalhadores se unam."

Uma trabalhadora: "Está havendo uma comemoração do 1º de Maio feita pelos patrões. O ditador vem aí. Mas o que se está comemorando? Comemoramos vitórias? Mas a classe operária no Brasil só tem derrotas. Esse não é o nosso 1º de Maio. Porque o presidente vem aqui, ele nada tem a nos dizer..."

Torneio mecânico: "Todo mundo fala que o trabalhador passa fome, não tem direito de greve, autonomia sindical. Por exemplo, Magalhães Pinto que ordenou o massacre de trabalhadores em 1962 e pegou em armas como líder civil do golpe de 1964. Deputados, senadores e vereadores do MDB, embora nunca tenham abandonado seus gabinetes falam em nome do trabalhador. Quem fala hoje realmente para operário, não fala de cadeira de gabinete, fala nos bairros, nas fábricas, ao redor da máquina, procurando formar grupos de rua, de bairros, nas fábricas... O 1º de Maio unificado, em Osasco, será importante não apenas pelo ajuntamento de gente, mas porque será um passo na luta mais ampla."

Outro trabalhador: "Como comemorar o 1º de Maio, com o lucro e com a fome? Não é dia de festa. Temos companheiros operários como José Ibrahim, Rolando Frates, Afonso Deletras, exilados."

Bancário: "De que adianta denunciar as necessidades? Quem levanta a bandeira é abafado. (esclareceu que não participava da oposição sindical dos bancários). "Mas agora vou me empenhar" (foi aplaudido fortemente).

Trabalhador aposentado: "Eu trabalho desde os 9 anos de idade. Eu nem tinha nascido quando morreram aqueles oito companheiros, lá em Chicago, que fizeram greve. Se eu tivesse sido morto como eles, eu morria com glória. Mas as coisas continuaram. Eu nasci, e a luta contra a opressão continuou. Temos que se unir o mais depressa, não há tempo a perder... Agora me despeço companheiros, desejando um feliz ano de trabalho e de luta para todos."

Trabalhadora: "É bonito, é muito lindo mesmo essa nossa assembleia aqui. Eu só queria falar que a gente precisa continuar e que tá todo mundo de parabéns."

Em São Paulo, a comparação das manifestações do 1º de Maio deste ano e a manifestação unitária do ano passado no mesmo colégio, Santa Maria em Santo Amaro, indicam o início de polarizações de forças que na disputa de espaços próprios melhor se definem. (Mário Quinteiro/Flaminio Fantini/Sérgio Squilanti)

O CAPITAL APRESENTA ---

CINCO DE ABRIL DE 1978. O PAGAMENTO DA PHILCO FORD EM SÃO PAULO SAIU HA' DOIS DIAS.

MAS NÃO É UMA DATA PARA REGOZIJOS. AO CONTRÁRIO, É NESTA ÉPOCA QUE AS PREOCUPAÇÕES AUMENTAM.

SERÁ QUE O DINHEIRO VAI DAR? SERÁ QUE NÃO VAI SER PRECISO PENDURAR NOVAMENTE AS CONTAS? E OS FILHOS? AQUELA MOLECADA POR AI, ZANZANDO SOLTA---

É BOM NEM PENSAR.

É OS TORMENTOS DENTRO DA FÁBRICA, ENTÃO?

É O SERVIÇO CRONOMETRADO NAS LINHAS DE MONTAGEM. É A PROIBIÇÃO DE CONVERSAS DURANTE O HORÁRIO DE TRABALHO.

SÃO AS RESTRIÇÕES PARA O USO DO BANHEIRO. É A PRECARIÉDADE DO ATENDIMENTO MÉDICO, REALIZADO SO' EM ÚLTIMO CASO.

MARINGONI

QUANDO JÁ NÃO ADIANTA MAIS.

É A INDIVIDUALIDADE EXTREMA, ESTIMULADA PELOS CHEFES, PARA EVITAR REVOLTAS.

É O CLIMA DE COMPETIÇÃO SELVAGEM DENTRO DA FÁBRICA.

SÃO AS PRESSÕES CONSTANTES E A REVOLTA LATENTE.

É O SINDICATO QUE NÃO SE MEXE.

SÃO AS PREOCUPAÇÕES DE YARA, 20 ANOS, OPERÁRIA DA PHILCO-FORD, QUE PARA EM FRENTE À JANELA DO 3º ANDAR DA FÁBRICA.

YARA ESTÁ COM A CABEÇA PESADA NESTA MANHÃ DE ABRIL.

YARA OUIA O PÁTI DA FÁBRICA E PENSA---

SÃO AS ESPERANÇAS QUE NÃO VEM.

PARA E PENSA.

REPARA E PENSA.

A JANELA É ALTA. A FÁBRICA É GRANDE. SEU DESESPERO, MAIOR AINDA.

YARA, 20 ANOS, SALÁRIO DE FOME ESTA' DESILUDIDA. NÃO SABE MAIS O QUE FAZER.

YARA OLHA PARA O CHÃO, TRÊS ANDARES ABAIXO. YARA ESTÁ NERVOSA, SO' VÊ O CHÃO NA SUA FRENTE.

YARA MEDITA. REFLETE. HESITA. TITUBEIA.

E DECIDE!!

Yara 20 anos de idade, salário Ceaf 8,00 por hora, operária da Philco-Ford, morreu no dia 5 de abril às 8 horas.

Vítima de suicídio? (...)

A imagem dessa fumaça na porta é muito grande, mas só quem trabalha lá dentro, nas linhas de produção, é que pode responder exatamente o inferno que é! (...)

O clima dos operários nos dias de pagamento é realmente de revolta, o que pode levar algum operário ao clima de desespero, como no caso da companheira Yara. (...)

Companheira Yara, as injustiças e a exploração não são eternas, suas companheiras pouco a pouco vão tomando consciência de que é preciso fazer frente a este estado de coisas. Dia a dia a classe operária vai percebendo que só a união e organização dos trabalhadores é que vai por fim a este sistema corrotto e podre que está aí (...)

Companheira, você ficará em nossa memória, assim como outros companheiros que foram vítimas da repressão e da exploração capitalista. UM GRUPO DE TRABALHADORES.

- Sai da moita pelegada!



Satanás chegou no inferno Pegou um livro atrás da grade Já sabia o que procurava O nome de um falseador da verdade Pensou: com este eu me entendo A ficha já estou lendo Do, pilantra JOAQUIM ANDRADE.*

Pensou bem e ficou alegre Tem uns nomes aqui que ajudarão Anotou o nome de HENOS AMORINA** E grifou o de PAIXÃO.***

Com puxa-saco e dedo duro Estou feito - Eu juro! Reinarei com a corrupção.

(trecho do cordel "Conversa de Tres Pelegos com Satanás")

Nas festividades deste ano do 1º de Maio realizadas na sede do maior sindicato da América Latina, o dos Metalúrgicos de São Paulo (66 mil sindicalizados) seu presidente desde 1965, Joaquim Andrade (filhado à Arena), critica o regime (não se assustem: chama-o de ditadura!). Clama por participação popular: "O bipartidarismo acabou com a participação do povo! Que me perdoem os que apoiam um dos dois partidos, mas eles são filhos da mesma mãe. Essa mãe é a ditadura." (aplausos calorosos)

Seu discurso critica a vinculação dos sindicatos ao aparelho de Estado quando diz "o sindicalismo no Brasil sempre andou a galope com os governos. Desde o começo foi tutelado, haja visto que a carta de tutela foi dada por Getúlio Dornellas Vargas, que tirou dos livros fascistas o seu modelo." Disse mais: "Ainda está quente a pantomina da

eleição estadual, a pantomina da eleição presidencial. Todo o povo tem o governo que merece, diz uma frase.

Eu me reservo o direito de dizer: Eu não tenho o governo que mereço. O trabalhador quer participar da escolha. Alguém disse aqui há pouco que o BRASIL É FEITO POR NÓS e não para nós." Pois é os pelegos estão radicalizando seus discursos.

Por estes mesmos tempos é distribuído nas portas das indústrias metalúrgicas de São Paulo, um folheto de cordel (conversa de tres pelegos com Satanás), que faz parte da campanha das oposições sindicais metalúrgicas da Grande São Paulo, da autoria do operário metalúrgico Pedro Macambira. Neste folheto o autor deixa claro quais são os limites de "contestações" de elementos ou grupos que hoje criticam o regime que até ontem elogiavam Pedro Macambira parece que percebeu muito bem até onde vão estas "contestações": "Este ano de 1978:

A situação da classe vai piorar, Vão surgir muitos protestos E as pontas vocês (os pelegos) vão segurar.

Protesto pequeno deixem de mão, Dos grandes assumam a direção Para na hora H recuar.

Vocês tem a permissão De contra o governo falar Nada acontecerá com vocês. Os patrões podem esculhambar, Só é proibido assumir Lutas que façam o lucro cair E a luta operária aumentar".

Ainda que o texto de Pedro Macambira, retome o tom messiânico e profético que caracteriza grande parte da produção de literatura de cordel e calque a sua crítica num certo maneirismo (onde os pelegos são o Mal e as oposições o Bem, visão que encobre as contradições internas das oposições), ele consegue apontar o "MAL" que oprime os trabalhadores:

Na produção capitalista

Só se fabrica para lucrar

Seguindo este raciocínio

Vamos descobrir uma anarquia.

Os patrões produzem mais da conta

Que sobra a mercadoria

Para manter esta situação

E pelo menos o lucro não cair,

Tem que arrochar os salários

E o preço da mercadoria subir

Não aceitar nenhuma reclamação,

Baixar o cacete sem compaixão.

Se algum protesto surgir.

Para evitar o uso do cacete

E manter o controle sem revolução,

Mandaram (os patrões) chamar o Satanás.

E por ai vai o folheto...Sendo

vendido nas fábricas. Provocando o

debate. Conseguindo mostrar que

por trás da opressão do atual regime

está o sistema capitalista de exploração.

Paulo Nassar e Mateus Sampaio

* Joaquim Andrade, presidente do sindicato dos metalúrgicos de S. Paulo.
** Henos Amorina, presidente do sindicato dos metalúrgicos de Osasco.
*** Paixão, presidente do sindicato dos metalúrgicos de Guarulhos.

Abolição da escravatura, uma revolução social?

José de Alencar sobre a Lei do Ventre Livre: "Sob a máscara da lei, traria grande calamidade social"(...) "Projeto iníquo e bárbaro" (...) "Essa idéia de ventre livre é sinistra, senhores... subvertendo os dogmas sociais, aniquilando a família, degradando a espécie humana ao nível bruto, destruindo os mais nobres estímulos do coração... crimes, horrores e cenas escandalosas, que há de produzir esta idéia de libertação do ventre".



Decio Freitas, 50 anos, três livros publicados: *Palmares, a guerra dos Escravos*, Ed. Movimento, 1973, versão em espanhol publicada em Montevideo, Ed. Nuestra América, 1971; *Insurreições Escravas*, Ed. Movimento, 1975, *Escravos e Senhores de Escravo*, co-edição da Universidade de Caxias do Sul e da Escola Superior de Teologia São Laurenço de Brindes, 1977. A ser publicado no segundo semestre pela Ed. Graal Os Guerrilheiros do Imperador, reconstituição de uma insurreição de camponeses sem terra e de escravos em Pernambuco e Alagoas entre 1832 e 1836. (87 ensaios sobre a questão da escravidão publicados em diferentes revistas). Entrevista a Letânia Menezes e Ana Barros Pinto.

marcaram sua revolta em protestos violentos, cuja iteração não encontra paralelo em nenhum outro país do Novo Mundo. As revoltas foram principalmente rurais, através dos quilombos, e, excepcionalmente, urbanas na Bahia, a breves intervalos entre 1807 e 1835. Nunca, entretanto, puderam organizar uma insurreição geral e isso devido à sua já citada debilidade como classe. Tendo em vista que, em certas regiões, os escravos foram às vezes a maioria da população, pode parecer estranho que se fale em sua debilidade como classe. Impõe-se, entretanto, a este respeito, uma distinção. No regime brasileiro da escravidão, os escravos, enquanto apenas escravos, não constituíam uma classe social. Bem entendido, havia uma classe de escravos; porém, nem todos os escravos pertenciam a esta classe. O status de escravo era apenas uma condição jurídica, decorrente da propriedade do homem pelo homem como bem móvel; isso dividia a sociedade estamentalmente entre homens livres e escravos. No interior destes estamentos, havia duas classes fundamentais - a dos escravos e a dos senhores de escravos que participavam do processo de trabalho produtivo. Não era senão quando integrava um processo de trabalho produtivo, que o escravo fazia parte de uma classe. A existência da classe dos escravos pressupunha, evidentemente, a da instituição jurídica da escravidão, porém, esta instituição, apenas por si, não fazia dos escravos uma classe. A classe dos escravos se constituía daqueles que integravam o sistema escravista, um sistema de produção social baseado no trabalho escravo. Segue-se daí, que os escravos que não participa-

vam do processo de trabalho produtivo, não integravam a classe dos escravos.

"No Brasil, estejamos bem certos, a supressão do escravismo não teria sido possível sem as pressões britânicas".

Podiam estes escravos, desempenhar funções socialmente úteis ou necessárias, mas eram economicamente improdutivos. Exemplificando; os feitores, os domésticos, enfim, todos os prestadores de serviços. Estes escravos formavam uma espécie de aristocracia escrava. Não compartilhavam, de forma alguma, dos interesses e aspirações da classe dos escravos. Muito pelo contrário, não apenas se abstinham de participar das insurreições escravas, senão que, no curso das mesmas, tomavam o partido dos amos. Suas condições de existência eram, não raro melhores que as de muitos livres pobres. Não foi escasso o número dos que receberam com desgosto a abolição, preferindo permanecer nas casas de seus amos. Eles representavam um importante ponto de apoio da classe dos senhores na luta contra a classe dos escravos. A força da massa escrava não deve, portanto, ser medida pelo seu número em determinada região.

A chama da revolta crepitava entre os escravos explorados até a morte na produção de mais valia, a classe dos escravos. A debilidade desta classe provinha de múltiplos fatores. Para co-

meçar, não tinham unidade étnica, pois provinham das mais diversas "nações" africanas; entre eles lavravam, por vezes, ódios profundos, pois haviam sido escravizados uns pelos outros. Depois, não chegavam a formar uma tradição e uma consciência de classe; não acumulavam experiência de luta; não desenvolviam lideranças. Isto porque, a classe estava sendo constantemente renovada. Finalmente, havia a dispersão e o isolamento geográfico. Grandes distâncias separavam um engenho de outro, o que impedia organização de uma insurreição geral. A solução era o quilombo, sociedade igualitária à margem da sociedade dominante. Não atacavam, porém, a sociedade dominante, visando à conquista do aparato estatal. Isso era o que privava a luta dos escravos de perspectiva.

ET - Nesse caso, a luta dos escravos não era revolucionária?

DF - Claro que era revolucionária; apenas, devido à falta de perspectiva, a classe dos escravos não constituía uma classe revolucionária. Suas lutas contribuíam enormemente para a queda do sistema escravista brasileiro. Mas isoladamente não teriam tido a força de derrubar o sistema. Isso só foi possível devido à coadjuvação de um elemento exterior.

ET - Os ingleses?

DF - Sim, os interesses ingleses. Sem a intervenção de um elemento exterior, os sistemas escravistas seriam eternos. Veja-se o caso de Roma; o sistema sucumbiu em virtude da invasão das hordas bárbaras. Nos Estados Unidos, houve a ação das baionetas da burguesia do Norte contra o escravismo do Sul. No Haiti, a insurreição dos escravo-

vos contou, também com um elemento externo, a Inglaterra e a Espanha na sua luta contra a França. No Brasil, estejamos bem certos, a supressão do escravismo não teria sido possível sem as pressões britânicas.

ET - Pode explicar como se verificou a ação deste elemento externo?

DF - O açúcar brasileiro, baseado no trabalho escravo, fazia uma concorrência ruínoza à produção açucareira das ilhas britânicas do Caribe; a maneira de acabar com esta concorrência, seria a supressão do tráfico, para tanto, os ingleses condicionaram o reconhecimento da Independência à assinatura de um tratado em que o Brasil se comprometia a abolir o tráfico. Assinado em 1827, o tratado devia entrar em vigor em 1831. Talvez o motivo principal que levou a classe dos senhores-de-escravos a derrubar Pedro I, foi que ele se aprestava a pôr em vigor o tratado. Graças ao controle absoluto do poder político, a classe dominante pôde remanchar até 1850 a efetiva abolição do tráfico. Lutou desesperadamente. Como a força de trabalho não tinha condições de se reproduzir pela natalidade, o sistema não teria condições de sobrevivência sem o reaproveitamento proporcionado pelo tráfico. A cessação do tráfico degradou a base econômica do escravismo e determinou sua ruína.

ET - Você disse que os escravos não tinham condições de organizar uma insurreição geral e vitoriosa. O caso do Haiti não invalida esta afirmação?

DF - A insurreição chefiada por Toussaint l'Ouverture, foi, na verdade a única insurreição de escravos vitoriosa na história; tampouco aqui, entretanto, como disse, faltou o elemento exterior. Nem por isso, porém, o resultado deixou de ser uma revolução social de tipo arcaico. Criou uma economia de subsistência e os escravos emergiram para uma condição de semi-escravos, haja vista a situação do Haiti ainda hoje.

ET - Porque é que o Império se empenhou em abolir a escravidão?

DF - O Império não se empenhou em abolir a escravidão; muito pelo contrário, cuidou de impedir a abolição. Há uma enorme mistificação quanto ao papel do Império em tudo isto. O Império foi a superestrutura política do escravismo brasileiro e D. Pedro II o chefe político dos senhores-de-escravos. Protelou quanto pôde a extinção do tráfico e depois, a da escravidão. Para evitar esta última adotou uma série de medidas reformistas - Lei do Ventre Livre, Lei das Alforrias, Lei dos Sexagenários - verdadeiras obras-primas de hipocrisia. Por falar em hipocrisia, D. Pedro II era um virtuoso nisso. Nas suas amizades com intelectuais e artistas europeus, afetava uma atitude progressista e se dizia contrário à escravidão; no entanto, passou a vida concedendo títulos mobiliários a senhores-de-escravos e se empenhou habilmente em salvar a instituição. Sobre D. Pedro II, disse acertadamente Joaquim Nabuco: "Quarenta e cinco anos tinham decorrido sem que houvesse pronunciado uma palavra sequer que a história tivesse registrado como uma condenação formal da escravidão pela monarquia, um sacrifício da dinastia em favor da liberdade, um apelo do soberano ao povo em prol dos escravos". Quando a abolição se tornou inevitável viajou para a Europa, a fim de não se comprometer com a medida e não ficar mal perante os senhores-de-escravos.

ET - Qual a influência da escravidão na formação histórica brasileira?

DF - Esta influência é óbvia. O sistema escravista brasileiro foi o mais importante do Novo Mundo - pela extensão do território que abarcava, pelo valor da sua produção econômica, pelo número de escravos que contava e, sobretudo, pela sua incrível longevidade (não esqueçamos que fomos o último país a abolir o tráfico e a escravidão). É fácil ver que o escravismo condicionou e modelou toda a história brasileira. Vejamos o caso da Independência. No intuito de evitar uma prolongada guerra contra a metrópole, como a que haviam travado as colônias espanholas, guerra que poderia pôr em risco

a instituição, os senhores-de-escravos colocaram no trono ninguém menos que o filho e herdeiro do rei de Portugal; desta forma, aplacaram e neutralizaram a metrópole. Nossa primeira Constituição, a de 1824, excluiu da nacionalidade todos os escravos, a saber, a classe trabalhadora. O Brasil, portanto, ao se tornar independente, ficou uma nação inconclusa. A Independência não se interessou, pelos escravos, e os escravos por isso, não se interessaram pela Independência.

"Direi, apenas, que a situação do negro provém de restos do escravismo e persiste porque convém ao capitalismo".

E bom ter presente o seguinte: em quase cinco séculos de existência, fomos um país de trabalhadores escravos durante quase quatro séculos; faz apenas 90 anos que a classe trabalhadora brasileira se constitui de homens juridicamente livres. Os efeitos disso são terríveis. Na classe dominante brasileira, permaneceu uma tradição de exploração desapiadada do trabalhador; a classe trabalhadora brasileira, por sua vez, não tem atrás de si uma tradição de trabalho livre; ela é sucessora de trabalhadores escravos. Não se pode esquecer, também, a ideologia racista e anti-negra que o escravismo nos legou.

ET - Nisso reside a explicação da situação inferior do negro na sociedade brasileira?

DF - Este é um problema complexo, difícil de ser abordado no espaço de um depoimento como este. Direi, apenas, que a situação do negro provém de restos do escravismo e persiste porque convém ao capitalismo brasileiro. Nos quadros do capitalismo brasileiro, não há solução para o problema do negro. A este respeito, é preciso denunciar a ação corruptora e mistificadora do imperialismo junto a certos intelectuais negros brasileiros. Esta ação, que se processa através de professores negros norte-americanos, é no seguinte sentido: os negros-brasileiros devem lutar para a formação de uma burguesia negra, à semelhança da que existe nos Estados Unidos; os negros não devem impugnar o sistema, mas conseguir nele um lugar ao sol; todos os brancos são inimigos, operários ou patrões; os interesses dos trabalhadores negros não se confundem com os interesses dos trabalhadores brancos. Num simpósio de história negra, de que participei em Niterói em novembro do ano passado, eu pude presenciar a ação destes professores negros norte-americanos; e pude ver os progressos desta manipulação. Ouvi de intelectuais negros brasileiros, coisas deste tipo: que os Estados Unidos são o melhor país do mundo para os negros; que Cuba e Angola, são para os negros os piores países. Parece-me que a coisa está bem clara. Estes intelectuais negros não devem surpreender. Não vimos em nossa história tantos negros colaborando na opressão e exploração de escravos? O problema não pode ser colocado em termos de cor; é um problema de classe.

ET - Como se explica que os escravos nunca tenham conseguido derrubar o escravismo por meio de uma insurreição geral?

DF - Enquanto houve escravidão no Brasil, os escravos se revoltaram, e

ET - Qual foi o significado histórico da Abolição?

DF - Toda substituição de um modo de produção, de uma formação econômico-social por outra, constitui uma revolução social. Nesse sentido, a liquidação do sistema escravista e a passagem para um sistema de trabalho livre, configurou uma revolução social, e, na verdade, a única revolução social da nossa história. Essa mudança, veja-se bem, não se operou de golpe, como consequência da Lei nº 3.353; no caso, a lei veio apenas coroar um longo processo de desagregação do sistema.

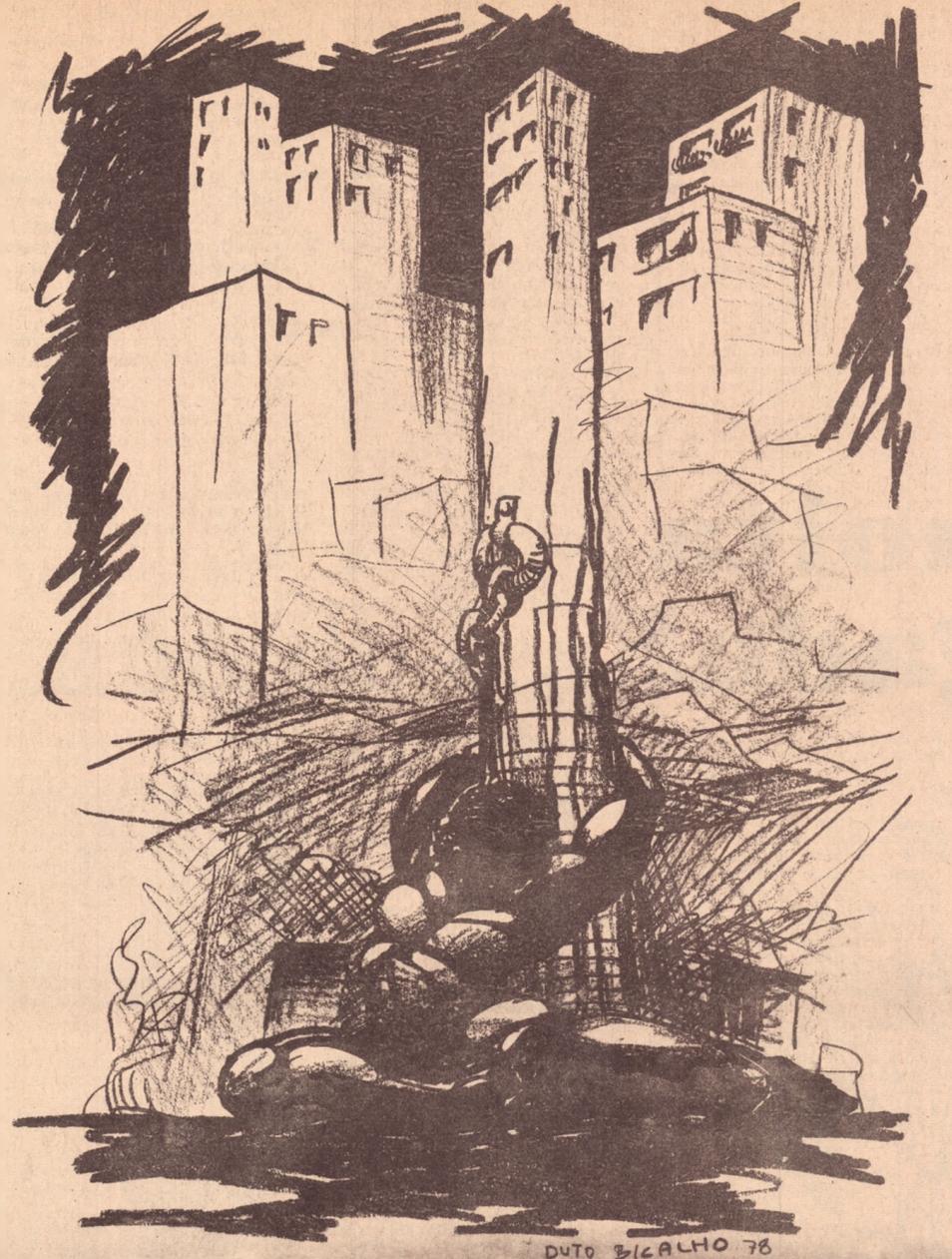
Esta foi uma revolução social de um tipo peculiar, diferente das revoluções modernas, como as burguesas e as socialistas. Nestas, houve uma classe revolucionária que, depois de encarnada na guerra civil, apoderou-se do poder político para impor seus interesses. Na revolução social anti-escravista - não foi senão isso - houve também uma encarnada luta de classes, mas não deixou vencedores nem vencidos. A classe dos escravos não se tornou dominante; a classe dos senhores-de-escravos, não se tornou dominada. Ambas desapareceram na voragem do processo. Não foi uma destruição física das classes em conflito; foi o desaparecimento das classes enquanto categorias sociais. Esta a especificidade da revolução social anti-escravista, assim no Brasil como em outros países do Novo Mundo. Daí que, para os escravos, não tenha sido libertária, do mesmo modo que não tenha sido ruínoza para os amos. Pertence ao tipo de revoluções de caráter arcaico. Não criou uma sociedade nova e dinâmica.

ET - A que se deve esta peculiaridade?

DF - As revoluções modernas a que me referi, explicam-se, em última análise, por uma contradição entre as relações de produção e o caráter das forças produtivas. O desenvolvimento progressivo das forças produtivas determinou a mudança das relações de produção e de toda a estrutura da sociedade. Não havia tal desenvolvimento das forças produtivas nas sociedades escravistas. Os homens, que realizam a produção dos bens materiais, não se desenvolviam, a não ser, em certos momentos, quantitativamente, através do tráfico. Quer dizer, não havia um crescimento da experiência e da produtividade do trabalho, não havia a formação de uma tradição e de uma consciência de classe. Pois, como sabemos, a classe dos escravos era constantemente renovada, por meio do tráfico, o que fazia dela uma classe muito débil. A técnica do trabalho não conhecia nem podia conhecer progressos. Como sabemos, o desenvolvimento dos instrumentos do trabalho - o outro elemento das forças produtivas - está indissoluvelmente vinculado ao desenvolvimento dos que utilizam ditos instrumentos; essa vinculação se efetua por intermédio da experiência da produção, do desenvolvimento qualitativo da mão-de-obra. Quando um escravo adquiria alguma experiência do trabalho, a exaustão ou a morte determinavam sua substituição por outro, recém-importado da África. Em termos quantitativos, houve, no Brasil, até mesmo um drástico declínio das forças produtivas. Basta considerar que, no início do século passado, os escravos representavam quase metade da população; quando veio a Abolição eram pouco mais de 5% da população. Esse declínio se deu em virtude da supressão do tráfico, pois era este tráfico que reproduzia o sistema. Foi por obsolescência, não por obra de uma insurreição vitoriosa de escravos, que o sistema desapareceu.

ET - Como se explica que os escravos nunca tenham conseguido derrubar o escravismo por meio de uma insurreição geral?

DF - Enquanto houve escravidão no Brasil, os escravos se revoltaram, e



O EVANGELHO SEGUNDO ZEBEDEU

DE CÉSAR VIEIRA

PREMIO ANCHIETA 77

Direção — Laura Regina
Músicas — Vitor Bortoluci Jr.
Sábados: 21 horas
Domingos: 20 horas

Circo dos Bancários
Av. Voluntários da Pátria, nº 547
(Perto da estação Tietê do Metrô)
Santana

TESB
Teatro do Sindicato dos Bancários

Pedidos pelo reembolso postal Editora Alfa-Omega
05413 — Rua Lisboa, 502 — São Paulo — Capital.

karl marx e friedrich engels	karl marx e friedrich engels	karl marx e friedrich engels
textos	textos	textos
1	2	3

Do socialismo utópico ao socialismo científico
Textos sobre Feuerbach
Crítica ao programa de Göttingen
E mais 5 textos, com 254 pgs.
Cr\$ 90,00

Contribuição ao problema da habitação
Sobre o autoritarismo
Tendência histórica da acumulação capitalista
E mais 11 textos, com 217 pgs.
Cr\$ 90,00

Manifesto de 1948
Trabalho assalariado e Capital
Salário, preço e lucro
E mais 14 textos, com 381 páginas
Cr\$ 130,00

Argentina

O que os montoneros farão durante a Copa do Mundo?

A junta militar decidiu, esta semana, que o general Jorge Rafael Videla deve continuar na presidência da Argentina até 31 de março de 1981. Logo após essa decisão, os montoneros divulgaram em toda a Europa um documento sobre a situação atual da Argentina e a Copa do Mundo. Simultaneamente à sua divulgação em Paris, apresentamos, em primeira mão no Brasil, as denúncias e reivindicações feitas pelos montoneros a todos aqueles que irão assistir o campeonato mundial de futebol na Argentina e estão interessados na luta contra o regime militar naquele país.

"Em meados da década de 30, a máquina propagandística nazista se esforçou em apresentar o rosto de uma 'nova Alemanha' através dos Jogos Olímpicos. Em 1978, a ditadura de Videla - a mais feroz que tem padecido a América Latina neste século - pretende maquiar com o Campeonato Mundial de Futebol a tragédia argentina".

Esta é a introdução do primeiro documento da Comissão Especial Mundial 78 do Movimento Peronista Montonero, formada oficialmente no início de março, que está sendo divulgado agora na Europa. Para os montoneros, a Copa poderá servir para que a opinião pública mundial tome conhecimento de elementos objetivos, dados e provas irrefutáveis da situação em que vive o povo argentino hoje.

Ao público internacional e aos simples turistas, eles recomendam que rompam o cerco montado pela ditadura e se misturem aos homens e mulheres argentinos, perguntando-lhes sobre seus problemas atuais. As forças políticas democráticas e progressistas de todo o mundo, pedem que expressem, da forma que julgarem mais conveniente, sua solidariedade com o povo argentino, propondo que exijam sua libertação das mãos do regime.

Aos jogadores, solicitam que não se prestem às manobras da ditadura e evitem ser usados em reporta-

gens que pretendam dar uma falsa imagem da Argentina. A repórteres, é lembrada a extensa lista de jornalistas argentinos sequestrados, detidos e exilados e os numerosos vexames impostos a correspondentes estrangeiros, pedindo-lhes simplesmente que "não ponham travas à livre expressão".

Finalmente, os montoneros garantem às delegações estrangeiras que nada devem temer das forças populares, pois as agressões surgem das atividades repressivas do governo, e nunca do povo.

"Cada espectador do Mundial, um testemunho da Argentina real"

- Eis o objetivo dos montoneros, que lembram os 10 mil mortos, 20 mil desaparecidos, 15 mil presos políticos; 170 por cento de inflação anual, 50 por cento de queda do salário real em um ano...

As denúncias específicas sobre a Copa

- Os preços das entradas para a Copa são proibitivos para os setores populares;

- A venda controlada das entradas, com identificação dos compradores e determinação de seu domicílio, visa evitar que os torcedo-



"Morrerão todos os que forem necessários, contando que se imponha a ordem..." (general Videla)

res venham a se manifestar nos estádios contra a ditadura;

- O sistema de credenciamento dos correspondentes estrangeiros viola a liberdade de imprensa e a soberania de outros países. O governo militar se reserva o direito de submeter os correspondentes à apreciação do setor de inteligência das diversas embaixadas, para resolver depois se os credita ou não;

- A junta militar distribuirá entradas a cinco mil agentes de segurança a fim de que sirvam de "claque" para simular manifestações de adesão aos membros do governo que entrarem nos estádios;

- O governo militar procurará evitar a todo custo que a imprensa informe sobre outros aspectos da realidade argentina que não aqueles que se refiram ao campeonato, a

exemplo do que fez durante o Grande Prêmio Fórmula-1, quando os jornalistas foram acompanhados por militares ou policiais ao procurarem obter informações fora do Autódromo de Buenos Aires.

O que é preciso saber sobre a Argentina hoje

Para que os turistas estrangeiros compreendam a situação da Argentina, os montoneros apresentam, em seu documento, um quadro do que é este país, hoje.

"A Argentina é um país que pode desorientar certo tipo de sociólogo afeito aos lugares comuns. O futebol - como 'fator alienante' - poderia ser um desses esquemas. O curioso é que ocorre o contrário: os estádios de futebol costumam ser gigantescas caixas de ressonância do descontentamento social. Não é por acaso que o bumbo com que se expressam as torcidas futebolísticas seja um elemento chave nas mobilizações de massas do peronismo. E que certas canções políticas têm a mesma música dos estribilhos esportivos".

"O estádio, a 'cancha', como também dizem os argentinos, tem sido o cenário de protesto popular contra todos os regimes militares, contra a política oligárquica e imperialista. Na ditadura militar anterior, o repúdio das massas obrigou o ditador da época, general Juan Carlos Onganía, a retirar-se do estádio na partida do Racing-Celtic. Na atual ditadura militar as reações contra Videla e Martínez de Hoz - ministro da Economia - (o 'flaco' e o 'oreja') são permanentes".

"A Argentina é um país de contrastes: tem 55 mil médicos, mas somente 30 por cento da população tem acesso à medicina. De acordo com as estatísticas oficiais, conta com 3 milhões e 700 mil estudantes primários, ainda que as mesmas estatísticas não digam que a desistência escolar atinge 50 por cento, e os professores são forçados a deixar a profissão porque seus salários são suficientes apenas para pagar a condução até a escola".

"O país é o sétimo produtor mundial de alimentos - considerado 'celeiro do mundo' - mas o consumo de comida decresceu em 40 por cento e cada habitante comeu em 1977, 15 quilos de carne a menos do que em 1935. Há mais vacas que habitantes, porém somente 5 por cento das crianças argentinas consomem a quota mínima de leite aconselhada

pela FAO e 25 por cento não tomam leite nunca".

Concentração de renda, monopólios e oligarquias.

"De acordo com certa forma de interpretar as estatísticas, a Argentina tem alta renda per capita (a segunda da América Latina). O que não se informa é que a renda está concentrada em alguns setores minoritários, e que a perda do poder aquisitivo dos salários atingiu os níveis mais baixos dos últimos 40 anos. Num só ano o salário real dos trabalhadores caiu 50 por cento. Entre as 100 principais empresas - segundo seu volume de vendas - 70 são estrangeiras.

Segundo estudos da CEPAL, a expansão das multinacionais norte-americanas na Argentina foi mais de seis vezes superior ao do sistema econômico nacional. Para dar um só exemplo: os lucros sobre o capital investido pela General Motors são quase nove vezes superiores ao que esta empresa obtém nos Estados Unidos. Para cada dólar que ingressa como investimento, 14 dólares se vão como dividendos, regalias, lucros, etc. Apenas 0,2 por cento dos monopólios concentram 24 por cento da produção".

"O pequeno e o médio empresariado nacional está condenado ao fracasso e à falência, pela impossibilidade de conduzir a capitalização do país, frente à tremenda vantagem que têm em sua concorrência com os grandes monopólios.

A gravidade real no caso do latifúndio surge nitida na comparação entre o aumento dos preços e o custo da terra: enquanto os preços internos subiram na Argentina, entre 1935 e 1975, cinco mil vezes, o valor da terra aumentou 36 mil e 332 vezes".

"Apenas 6,2 por cento das propriedades rurais abarcam 74 por cento do total das terras, o que representa em valores absolutos 156 milhões de hectares. Enquanto que 350 mil e 65 lavouras, que representam 67 por cento do total dos estabelecimentos agrícolas, possuem somente 10 milhões de hectares, apenas 4,8 por cento do total".

A crise da economia e o ministro "el oreja"

O "mago" da economia argentina, José Alfredo Martínez de Hoz,

"el oreja" para o povo, "Joe" para seus amigos, é muito bom para seus próprios negócios: possui 300 mil hectares da melhor terra argentina, e integra a diretoria de 20 empresas multinacionais, como a Pan-American, ITT y Acindar, subsidiária da United Steel Corp. Contudo, Hoz não dirige tão bem as finanças do país, segundo se pode deduzir dos seguintes dados:

- A dívida externa atinge 12 milhões de dólares. A inflação é recorde mundial: 170 por cento ao ano. A quebra de pequenas e médias empresas não tem paralelo na história argentina. A indústria, frente ao congelamento do mercado interno, trabalha com 60 por cento de sua capacidade instalada. A pressão tributária ascendeu de 16 por cento do Produto Interno Bruto em 1976 para 24 por cento em 1977. Aumentam permanentemente os preços dos combustíveis, transportes e comunicações. Entre 1970 e 1974, as exportações argentinas perderam 30 por cento de sua capacidade aquisitiva no mercado mundial.

Como formas de resistência popular à esta situação, citam-se mobilizações combativas das massas, greves (embora proibidas) e sabotagens que paralisam a produção; ações de resistência armada organizadas por forças populares, as "Locas de Plaza de Mayo" que pedem pelos desaparecidos, a ação da Igreja em defesa do povo.

Os grandes "feitos" da junta militar

A repressão é continuamente denunciada pelos montoneros, que enumeram os "feitos" da junta militar: liquidou a ordem jurídica e institucional; aboliu a legislação que garantia ao cidadão o respeito aos seus direitos individuais, sociais, políticos e econômicos; implantou a pena de morte e proibiu as greves; tentou liquidar a vida política e as atividades e combatividade da classe trabalhadora, intervindo diretamente nos sindicatos e na CGT; impôs a censura à imprensa; oficializou o terrorismo do Estado, etc.

O saldo destas atividades são os milhares de mortos, desaparecidos, presos políticos; dezenas de execuções em represália a atentados; prisão de advogados de presos políticos; massacre ou "desaparecimento" de famílias inteiras de dirigentes políticos ou sindicais. E a lista prossegue, longa.

É apresentando esta face trágica da Argentina que setores da resistência popular pretendem sensibilizar a opinião pública mundial quando da realização do "grande circo esportivo", o Mundial de 78, a despeito dos esforços da agência norte-americana Burson-Marsteller, contratada pelo governo argentino para, mediante uma campanha de relações públicas, tentar melhorar sua imagem externa e reconquistar o prestígio entre a comunidade internacional.

(Cristina Pfau)

Quando e porque a esquerda errou

Quais os acertos e os erros das oposições na Argentina nesses últimos anos? Para onde tende a violência institucionalizada pelo regime? Eis aqui o balanço individual de um, dos mais importantes militantes da esquerda argentina, o líder sindical Armando Jaime. Em consequência das matérias "La Paz de los Cementerios" (EM TEMPO n° 5) e "O Boicote à Copa" (manchete do EM TEMPO n° 7), recebemos uma carta assinada por Armando Jaime, em que ele analisa a trajetória das oposições, e a situação atual na Argentina e faz um balanço de mais de duas décadas de militância política.

Armando Jaime, um líder sindicalista de 46 anos, nascido em Salta, é atualmente uma das figuras de oposição mais importantes da Argentina. Após uma longa trajetória de participação política no movimento peronista, rompeu com a liderança do mesmo em 1967, tomando parte, em 1969, na formação da FRP (Frente Revolucionária Peronista), a qual, embora ainda definindo-se como peronista, assumiu abertamente posições ideológicas marxistas e defendeu alianças com grupos de esquerda, não peronistas. Posteriormente, em 1972, foi presidente da FAS (Frente Antimperialista por el Socialismo), que era uma frente de grupos de esquerda, na qual o PRT (Partido Revolucionário de los Trabajadores, com seu grupo armado, o ERP) era particularmente forte.

Em fins de 1973, tomou parte na fundação da FR-17 (Frente Revolucionária 17 de Outubro), um movi-

mento operário que criticava tanto os Montoneros quanto o PRT por sua ênfase excessiva na ação militar, durante um período em que era possível uma ação política das massas. Após o golpe militar de 1976, a FR-17 fez uma tentativa infeliz de luta de guerrilhas. Atualmente, a FR-17 é uma das poucas organizações operárias que sobrevive à violenta repressão. Embora pequena, possui influência considerável, principalmente no norte da Argentina.

A carta

Armando Jaime, que tem vivido clandestinamente desde 1973, escreveu para EM TEMPO: "Os reveses sofridos pelos movimentos de guerrilhas são o resultado de uma incapacidade de entender-se corretamente a relação entre a vanguarda revolucionária e as massas. Nenhuma luta revolucionária terá êxito sem a participação ativa das massas. Os grupos revolucionários fundamentavam sua propaganda política na luta armada. Partindo deste ponto de vista, tinham uma tendência militarista, 'foquista'. Baseavam suas tarefas políticas em ações militares, e não no oposto."

A auto-crítica

"Isto levou a uma confusão de dois momentos históricos, um que foi o da ditadura de Onganía, do Cordobazo, para a de Lanusse, quando as massas estavam em oposição aberta à ditadura e apoiavam qualquer tipo de ação política. E outro, de Lanusse a Isabel, quando parte da população apoiava o governo, parte exigia maiores concessões a um nível econômico, e, uma parte melhor apoiava os movimentos revolucionários. Enfim, um período em que as condições subjetivas para uma luta armada não existiam."

"Naquela época, acreditávamos que, mesmo se ações militares pudessem ser realizadas, a tarefa principal seria a formação de uma frente de massa. Acreditávamos na resistência de natureza popular. Se as massas quisessem controlar uma 'sociedade de fomento' (organização de vizinhança), porque sua liderança era inadequada, daríamos nosso apoio. Se as massas quisessem dominar um sindicato, concordaríamos e auxiliaríamos. Porém, por exemplo, não concordaríamos com a tomada de quartéis, porque o processo democrático, embora bastante restrito, não havia deixado de existir."

"A classe operária, como um todo, simpatizava com a luta armada dos

Montoneros e ERP, porém não participava. O que ocorreu então foi uma cisão entre a luta política das massas e a luta armada."

A situação atual

"Isto significa que, agora, quando a ação militar é necessária para acompanhar a luta de classe trabalhadora, torna-se impossível devido ao desgaste sofrido por tentativas feitas em um momento historicamente errado. Não me excludo destas críticas, pois, de uma maneira ou de outra, estava envolvido nesta experiência."

"Quanto ao presente, a ditadura militar tem usado a 'subversão' para elaborar sua doutrina repressiva, fundamentalmente orientada no sentido de exterminar todas as formas de luta do operariado e das massas. Tem intervindo em quase todos os sindicatos e na CGT. E comandado a repressão sistemática contra operários nos sindicatos, fábricas e outros locais de trabalho, contra as massas, em suas lares nas cidades e no campo e nas universidades."

"Os anos de repressão estão mudando. Em vez de 'rastrillos' (batidas em quarteirões, casa por casa), que ocorriam durante o dia, as forças de segurança agora observam os operários que falam militantemente em reuniões, obtêm seus endereços dos sindicatos e vão as suas casas à noite. Estes sequestrados são muito comuns, às vezes sete ou oito por noite."

"Entretanto, também os operários estão organizando novas formas de militância para combater as novas formas de repressão. Toma-se o cuidado de evitar a identificação dos líderes. Reuniões sindicais são feitas, nas quais ninguém fala, porém todos os operários presentes apresentam, em silêncio, pedidos por escrito."

"Com relação ao futuro, a Argentina possui uma longa tradição de luta, particularmente na classe operária. Antes do Cordobazo, havia grande medo e incerteza nas massas. Porém, uma vez que começaram as mobilizações operárias, de repente, grandes 'pobladas' (insurreições populares) ocorreram da noite para o dia."

"A atual ditadura não é de modo algum estável. Acredito que está se iniciando um crescimento na mobilização do operariado, apesar da repressão governamental. Este processo está ocorrendo de maneira gradual e é impossível prever-se com segurança quanto tempo levará - um, dois, três anos. Tudo o que se pode dizer com certeza é que a ditadura militar terá problemas com a classe operária."

"Locas de Plaza de Mayo" pedem por seus desaparecidos.



Nacionalismo, Socialismo e Internacionalismo, por Eric Hobsbawn:

ET - Num artigo recente você adverte as esquerdas, principalmente as europeias, sobre o risco de se deixarem levar pelos movimentos separatistas atuais, e conclui citando Lênin: "Não pntem o nacionalismo de vermelho". O que você quis dizer exatamente?

EH - Isto se aplica mais a movimentos de esquerda na Europa do que em outras partes do mundo. Me parece que na Europa existe uma certa tendência por parte da esquerda a adotar uma posição positiva em relação a todos os movimentos separatistas, sem uma análise mais profunda. Por exemplo, no caso irlandês, uma grande parte da esquerda aceitou uma problemática que foi definida há muito tempo, e segue sendo defendida pelos nacionalistas irlandeses do lado católico. Em certo momento, na França, houve inclusive aqueles que interpretaram o Exército Republicano Irlandês (IRA), ou seja os católicos, como uma força social revolucionária em termos algo parecidos com o Vietnam. Isto me parece um exemplo de uma atitude acrítica.

Há luta revolucionária na Irlanda?

ET - Qual o caráter do IRA?

EH - Por volta dos anos 60, houve uma tendência na Irlanda que influenciava o IRA para uma posição mais de esquerda. Ele estava se convertendo num movimento marxista. Mas, neste momento, com o apoio do governo irlandês e talvez da CIA, organizou-se uma cisão no interior do movimento. A maioria, composta de velhos nacionalistas, tinha uma ideologia de direita. No entanto, porque continuou com a política de luta armada contra os ingleses, muitos na esquerda europeia, consideraram a maioria, revolucionária. A situação no caso da Irlanda é complexa, bem complicada. Mas me parece um exemplo do perigo de se aceitar qualquer luta de independência como positiva. E esta tendência atualmente na Europa é muito forte.

ET - No caso da Inglaterra, Tom Nairn em livro recente defende a seguinte tese: se a crise social geral evoluir no Reino Unido, e isto ser der sem a proximidade de uma solução proletária, então a perspectiva de divisões nacionais na Escócia ou no País de Gales pode ajudar a classe trabalhadora inglesa, na medida em que rompa as tradicionais estruturas do estado britânico. Qual sua opinião a respeito?

EH - Eu creio que Nairn está completamente equivocado na sua tese, apesar dos méritos que seu livro possa ter. Para mim o fundamental na discussão sobre as perspectivas atuais da Inglaterra é a situação de sua classe trabalhadora. E nisto a situação inglesa sempre foi muito específica. Quer dizer, temos uma classe operária muito forte, com uma consciência de classe

muito desenvolvida, mas que em geral nunca foi muito política. Foi uma consciência de classe na base do que Lênin chamou de trade-unionista, utilizando uma expressão precisamente retirada da experiência inglesa. E isto continua.

A classe operária inglesa e as tradições

ET - Mas qual a situação específica do momento presente?

EH - A classe operária inglesa, o movimento operário, está organizando muitos militantes, mas numa frente bastante estreita, em grande parte de tipo corporativo, sindical. E eu creio que uma das características do movimento operário inglês sempre foi uma certa subalternidade. Quer dizer, nunca pensou em termos de como governar, como dirigir o conjunto da nação. Mas apenas em como defender suas posições no interior de uma economia e uma sociedade onde outros são os chefes. É possível que a evolução do capitalismo nos países desenvolvidos transforme este tipo de consciência de classe e este tipo de movimento operário. Esta característica da classe operária inglesa é antiga. Na Inglaterra, os movimentos socialistas revolucionários, anarcosindicalistas ou comunistas nunca tiveram grande importância. Existiram, certamente, mas muito mais no papel de escola de treinamento para quadros da classe operária, do que como forças sociais significativas. O PC por exemplo não tem importância alguma eleitoralmente, embora, no movimento sindical, tenha sempre tido - e continua tendo - um papel significativo.

ET - Retomando a questão nacional, embora num contexto diferente, como você vê as atuais disputas entre países que se dizem socialistas?

EH - Hoje em dia, no mundo socialista existem disputas e conflitos que chegam ao nível da luta armada entre distintos países, cada qual reclamando para si o socialismo. A base destes conflitos, em muitos casos, não é o socialismo, mas o nacionalismo. Nesses termos, como decidir? Ambos reivindicam o nacionalismo. No entanto, nacionalismo e libertação nacional não podem ser critérios de decisão em casos como o da União Soviética, e China, ou da Etiópia e Somália, por exemplo. Os dois lados buscam - e talvez até encontrem - uma explicação em termos socialistas, ou mesmo marxistas, para sua posição. Mas em muitos casos trata-se muito mais de uma racionalização do que uma explicação...

O papel de Cuba na África

ET - No caso da Etiópia e Somália como vê a atuação cubana?

EH - Eu creio que os cubanos por certo querem avançar os movimentos revolucionários, sobretudo na África. Me parece que sua intervenção do lado da Etiópia é baseada, evidentemente, numa análise da situação. Não sei se esta análise é justa ou não. Eu tenho amigos que estão mais do lado dos somalis, mas eu creio que os critérios cubanos são critérios internacionalistas, porque Cuba não tem nenhum benefício com uma intervenção na África. Não existe nenhuma questão de um "imperialismo cubano".

ET - Já que entramos no assunto, como você vê o internacionalismo hoje, como uma política concreta? A perspectiva internacionalista vista desta forma não seria inclusive um antídoto para aqueles conflitos que você mencionou no "mundo socialista"?

EH - É claro que existe o internacionalismo. Por exemplo: no caso do golpe no Chile viu-se em quase todos os países uma ação em favor do povo chileno. O que seria o internacionalismo hoje? Pode ser uma atitude de solidariedade com outros países, um sentimento. Ou pode ser uma série de ações concretas e eficazes. No primeiro sentido, de um sentimento, de uma atitude, eu creio que o internacionalismo permanece. Existe uma solidariedade, que se revelou depois do golpe no Chile, não só entre as esquerdas, mas em muitos outros campos. Já o internacionalismo no sentido de uma ação eficaz é outra coisa. Manifestos sempre aparecem, mas ação positiva é muito mais difícil. E eu não vejo muito claro o que poderia ser o internacionalismo neste sentido.

Eric Hobsbawn é considerado um dos maiores, senão o maior historiador contemporâneo. Em suas obras, de inspiração marxista, esse professor inglês tem analisado principalmente os problemas históricos decorrentes do surgimento do capitalismo.

É autor de "Os Bandidos", "A Era do Capital", "A Era das Revoluções", "Rebeldes Primitivos", entre outros livros ainda não traduzidos para o português.

Hobsbawn nasceu em 1917 e estudou em Berlim, Londres e Cambridge. Participou do Conselho do King's College de Cambridge, de 1949 a 1955.

Em 1949, assumiu a cátedra de História do Birkebeck College.

Eric Hobsbawn, que já esteve várias vezes no Brasil, visitou há duas semanas Belo Horizonte, a convite do Departamento de Ciências Políticas da Universidade Federal de Minas Gerais. Foi quando a sucursal do EM TEMPO realizou esta entrevista exclusiva, na qual o historiador discute sobre o problema das lutas de libertação, do nacionalismo, do socialismo, passando pela situação da classe operária inglesa, pelo conflito no chamado Chifre da África (Etiópia-Somália) e pela questão do internacionalismo hoje.

EH - Eu creio que os cubanos por certo querem avançar os movimentos revolucionários, sobretudo na África. Me parece que sua intervenção do lado da Etiópia é baseada, evidentemente, numa análise da situação. Não sei se esta análise é justa ou não. Eu tenho amigos que estão mais do lado dos somalis, mas eu creio que os critérios cubanos são critérios internacionalistas, porque Cuba não tem nenhum benefício com uma intervenção na África. Não existe nenhuma questão de um "imperialismo cubano".

ET - Já que entramos no assunto, como você vê o internacionalismo hoje, como uma política concreta? A perspectiva internacionalista vista desta forma não seria inclusive um antídoto para aqueles conflitos que você mencionou no "mundo socialista"?

EH - É claro que existe o internacionalismo. Por exemplo: no caso do golpe no Chile viu-se em quase todos os países uma ação em favor do povo chileno. O que seria o internacionalismo hoje? Pode ser uma atitude de solidariedade com outros países, um sentimento. Ou pode ser uma série de ações concretas e eficazes. No primeiro sentido, de um sentimento, de uma atitude, eu creio que o internacionalismo permanece. Existe uma solidariedade, que se revelou depois do golpe no Chile, não só entre as esquerdas, mas em muitos outros campos. Já o internacionalismo no sentido de uma ação eficaz é outra coisa. Manifestos sempre aparecem, mas ação positiva é muito mais difícil. E eu não vejo muito claro o que poderia ser o internacionalismo neste sentido.

O julgamento da Social-Democracia de Helmut Schmidt, pelo Tribunal Russel, acabou se transformando na mais importante mobilização contra a repressão na Alemanha Federal nos últimos dez anos. Depois da primeira sessão do julgamento o Tribunal já marcou a segunda para janeiro do próximo ano.

terrogado tenha conhecimento. Como dizia um testemunho do Tribunal, "a diferença de um processo (aonde é necessário que provem a culpa) é que aqui, é necessário que eu prove que sou inocente". Pertencer a uma organização não é a única causa de uma interdição, mas também a opinião que se tem dela, como o demonstrou o famoso caso Heberlein. Este, um cristão, sofreu a "interdição profissional", apenas por ter respondido que considerava os comunistas também democratas. A punição lhe foi aplicada, pois, segundo seus inquisidores, "lhe seria difícil reconhecer as manobras comunistas como contrárias à constituição, e, enquanto funcionário, reagir a estas de maneira adequada".

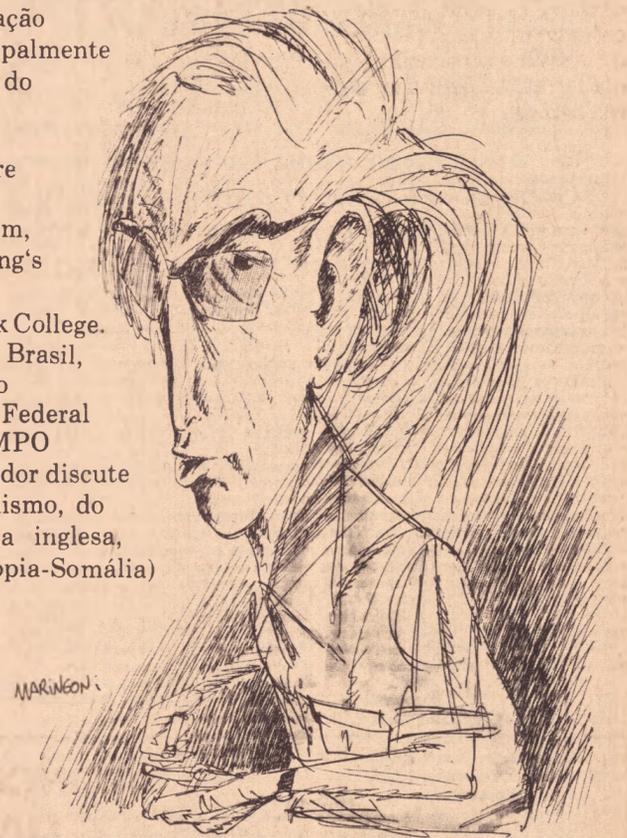
Os meios repressivos

Os trabalhos do Tribunal terminaram por modificar a pauta da próxima sessão, que deveria apenas tratar da censura e das restrições do direito de defesa. Os debates mostraram a impossibilidade de se limitar a um outro tema, já que a "berufeverbote" não é o único meio de repressão na Alemanha Federal. Existem outros, entre os quais se pode apontar o das restrições ao di-

Eurocomunismo: novo socialismo ou reformismo?

ET - Voltando à situação europeia, já não tanto no que se refere aos movimentos separatistas. O eurocomunismo lhe parece mais um novo reformismo, ou seria a tentativa de pensar o socialismo a partir da problemática específica de algumas nações?

EH - É claro que o eurocomunismo implica numa escolha de distintas vias nacionais para o socialismo. E não só a nível tático e estratégico. Também a nível da estrutura de um socialismo que reflita, em cada caso, a tradição e os elementos da vida nacional de determinados países. Mas me parece que à margem do eurocomunismo há a busca de uma estratégia e também de um modo de desenvolvimento do socialismo para os países desenvolvidos. Quer dizer, em países onde a possibilidade de uma revolução clássica do tipo da revolução bolchevique não existe praticamente. E me parece interessante, por exemplo, que nesta busca se unam não só os países da Europa Ocidental, mas também países como o Japão. Os comunistas japoneses já se aproximam de posições eurocomunistas. Há também um outro elemento, que é no sentido da independência cada vez maior com relação à União Soviética. Sem romper as relações diplomáticas e de amizade, a maioria dos partidos comunistas busca fugir da liderança e do controle unilateral do Soviéticos, bem como deixar de lado certos elementos do socialismo existentes naquele país que lhes parecem bastante negativos.



"O Brasil não é lugar de discutir isso".

ET - Quais seriam estes elementos negativos que o eurocomunismo tenderia a evitar?

EH - Há lugares para se discutir os aspectos negativos da União Soviética, e me parece que o Brasil não está entre estes lugares. Isto poderia ser mau interpretado pelos leitores. Em outros lugares estou disposto a discuti-los, mas aqui não.

ET - Ao tratar do ressurgimento da questão nacional na Europa, você afirmou que este debate não tinha maior importância para muitos países de outros continentes. No caso brasileiro, o que lhe parece mais relevante?

EH - Em primeiro lugar não me cabe definir para os brasileiros o que é mais importante para o Brasil. Mas a título de opinião, creio que, a médio prazo, o central é a normalização política do país, a democratização. A longo prazo, é necessário se repensar - o que não é unicamente uma tarefa para os brasileiros, mas para todos nós - os problemas das perspectivas históricas da esquerda. Neste continente,

sobretudo nos últimos dez anos, muitas das esperanças da esquerda, das possibilidades que antes pareciam existir, foram destruídas pelo avanço dos regimes militares. Mas o problema de repensar as bases de uma ação da esquerda não é só do continente latino-americano. Hoje estamos vivendo uma época de crise mundial do capitalismo, a primeira grande crise mundial depois de uns quarenta anos.

Saida da crise não será o fascismo

ET - E que perspectivas de superação desta crise atual você vislumbra?

EH - Em muitos países, uma saída como aquela da crise de quarenta anos atrás, o nazi-fascismo, está inteiramente excluída. Mas há perspectivas de uma vitória da esquerda? Eu creio que não. Na maioria destes países, a esquerda, o movimento operário socialista está numa posição defensiva. E isto numa situação em que depois de duas gerações o capitalismo já não é mais tão estável quanto antes. Esta situação deveria estimular análises talvez auto-críticas.

A Alemanha Ocidental no banco dos réus

Depois de julgar os crimes de guerra no Vietnã e as Ditaduras Militares na América Latina (com destaque para Chile e Brasil) o Tribunal Bertrand Russel realizou sua primeira sessão sobre os "atentados" aos Direitos do Homem na Alemanha Federal. Recentemente o Tribunal se instalou na cidade de Harhein, ao norte de Frankfurt. No júri, diversas personalidades internacionais. Na cadeira de réu, o governo social-democrata alemão.

A publicação recente na imprensa europeia de uma circular secreta do governo de Schmidt revela as suas tentativas de evitar a realização desta sessão procurando impedir que locais fossem alugados aos organizadores do Tribunal. Ao fazer esta tentativa, na mesma circular feita um pouco antes da reunião, o governo alemão estudou outra hipótese: "Precisamos considerar se, com o objetivo de obter provas evidentes e por razões de eficiência, não seria preferível dissolver pela ação policial, o tribunal em pleno funcionamento... em lugar de proibi-lo".

Nem proibir; nem reprimir.

Nas contas gerais, parece que de dentro do cálculo de Schmidt, pareceu mais produtivo nem proibir, nem reprimir, já que as repercus-

sões podem ser maiores. Apesar da oposição de todos os Partidos representados no Parlamento, da central sindical nacional (DGB), do partido comunista pró-soviético (temendo que um próximo tribunal pudesse tratar da Alemanha do Leste) e das organizações maistas, a reunião se realizou e promete repercussões importantes em toda a Europa.

A primeira sessão tratou do problema das "Berufeverbote", isto é, das "interdições profissionais", que foi considerada pelo tribunal como sendo "uma séria ameaça aos direitos do homem". Nela, concluiu-se que as interdições se aplicam "de maneira discriminatória contra pessoas, tendo opiniões revestidas de um caráter político".

O sistema de "interdições profissionais" tem como pedra angular um interrogatório ("Gespraech" - discussão, segundo a hipocrisia da conceituação oficial) a partir do qual é verificado se uma determinada pessoa é "inimiga da Constituição", e, portanto, lhe é proibido exercer profissões públicas. (desde organismos governamentais, passando por dar aulas até maquinista de empresa ferroviária).

Os interrogatórios

No interrogatório são utilizadas informações policiais sem que o in-

Do "Chi King",
compilado por Confúcio,
a Mao Tse Tung,
quarenta séculos de uma poesia
que ainda hoje encanta os ocidentais
CEM POEMAS
CHINESES



HUGO DE CASTRO

Cr\$ 50,00

Nas livrarias

ou

por reembolso postal

Pedidos à

Vertente Editora Ltda.

Rua Dr. Homem de Melo, 446

Fones: 62-3699 e 262-8861

05007 - São Paulo (SP)

Contra o reivindicacionalismo específico mais rasteiro

À luz de matérias sobre o movimento estudantil e de fatos recentes, o leitor discute os níveis atuais de luta do setor e sua relação com outros setores da sociedade.

"Caros amigos de EM TEMPO:

Vejo pelos últimos números que a matéria de Em Tempo nº 4, "Os Estudantes Estão de Volta", continua restando cartas para APARTE. Por achá-la, superficial, descritiva e ufanista, entro também no debate. A dúvida quanto à validade de entrar nessa discussão dissipou-se ao ler no nº 9, a cobertura sobre as eleições para a UEE e os posicionamentos das chapas concorrentes.

A matéria do nº 4 ficou na superfície, captando os principais acontecimentos que os estudantes foram protagonistas ou nos avanços que efetuaram em relação às suas formas orgânicas. A debilidade do artigo, portanto, residiu na falta de análise crítica das diretrizes e propostas que norteiam hoje os estudantes. Esta será a preocupação desta carta.

Numa sociedade onde a vida política orgânica é débil e os movimentos sociais pouco estruturados, com pequena tradição de autonomia e independência, as mobilizações de camadas da pequena burguesia — como os estudantes — tendem a possuir sua lógica própria. A mobilização política é marcada pelo

caráter cíclico, de ascensos e descensos inesperados.

Os estudantes, apesar de uma ampla margem de autonomia relativa em sua ação, facilmente ficam à deriva após períodos de intensa mobilização. São incapazes de manter uma memória histórica de sua prática sem referência política concreta daquelas classes que lhes poderiam imprimir uma alternativa social. É o caso, parece-nos, da situação atual do movimento estudantil.

Após vários anos de refluxo, os estudantes voltaram à cena. Aproveitando a confluência de vários pontos conjunturais favoráveis em 1977, fizeram explodir nas ruas sua disponibilidade política e evidente antiautoritarismo.

Levados por uma empolgante espontaneidade e sob hegemonia de suas direções mais voluntaristas foram conferir nas ruas a propalada distensão e, mais, previam a rápida queda do governo pelo seu isolamento.

A simpatia popular não faltou. A imprensa tradicional não lhe regateou manchetes. Alguns, mais eufóricos, lembravam nostálgicos os dez anos das gloriosas jornadas de 1967 e 1968.

Para frustração temporária de muitos estudantes e evidente demonstração de equívoco de análise de algumas de suas direções, o regime não caiu. O que, certamente, era óbvio para a maioria das análises mais sérias sobre a conjuntura, não compartilhado apenas por aqueles cuja alegria à análise objetiva já é uma constante histórica. Nessa concepção a política não é vista no plano real da relação de forças e das condições objetivas, mas pelo impressionismo apocalíptico das seitas.

Partindo de uma visão crítica da condução que tem tomado o m.e., vejamos quais as perspectivas que se colocam para seu prosseguimento.

Aqui reside o centro da questão e a importância da recuperação de uma memória para o m.e. Se nossa análise, baseada nos fluxos e refluxos da atividade política estudantil sem sustentação real em outras classes, é correta, o m.e. correrá sério risco de enveredar para o caminho do reivindicacionalismo específico mais rasteiro, como forma de voltar às bases. A tal "frentona" para a UEE não será um exemplo desse processo?

É lógico que o "mobilizacionismo" alternativo é equívocado e que o papel da vanguarda é estar colada às bases, mas o termo tem uma conotação precisa. Vanguarda é estar na frente.

O equívoco do movimento no ano passado não foi sua majoritária integração na luta pela democracia, na conquista das liberdades democráticas. O erro, e aí entra o problema da memória de uma prática política, residiu na incapacidade das direções estudantis estabelecerem a mediação da luta pela democracia para o conjunto dos estudantes e para o interior de seu cotidiano, a Escola.

Para que o conjunto dos estudantes sustentem uma intervenção constante é necessário que estabeleçam uma tática para o interior da Escola, adaptada e subordinada às propostas mais gerais da oposição.

Se o centro da ação oposicionista hoje está calcado na luta pela democracia, os estudantes — sem abdicar da intervenção nas questões gerais — devem estabelecer como eixo de sua prática na Escola, também, a conquista de democracia. É lutando pela democratização da gestão universitária que as lideranças não descolarão do conjunto e conquistarão aliados importantes entre os professores, igualmente aliados dos níveis decisórios da instituição.

Essa questão não é respondida por nenhuma das chapas à UEE, ou confundida, pois se mistura autonomia das entidades estudantis com gestão da Universidade que envolve também professores e funcionários. Exemplo disso foi a ausência estudantil no processo de eleição do novo reitor da USP.

A autonomia da Universidade conquista-se com eleição direta e programática para os órgãos de direção, pela paridade nos órgãos colegiados, pela determinação e controle orçamentários pelos que trabalham e estudam em seu interior, pela total estatização e gratuidade do ensino em todos os níveis.

Enfim, é com uma tática ofensiva e não com o repetir de generalidades, é com o enfrentamento à ideologia classista veiculada pela instituição, para evitar o reformismo, que o m.e. poderá unir a ampla maioria da comunidade acadêmica e perfilar a Escola na conquista das liberdades democráticas.

Com isso, a luta estudantil oposicionista não se restringe no interior da Escola e passa a interessar a outros setores sociais e isso será alcançado na medida em que mais rapidamente se desenvolver a reestruturação regional e nacional das entidades estudantis. Jorge Andrade — Porto Alegre (RS)

"Preservem a integridade física de minha filha!"

Carta de dona Alexandrina, mãe da pediatra Selma Bandeira Mendes, presa recentemente, após o arrombamento de sua casa por agentes da Polícia Federal, no Recife.

"As autoridades e ao povo brasileiro: No dia 8 de abril de 1978, estávamos reunidos em casa quando ouvimos pela televisão a notícia da prisão de quatro pessoas acusadas de subversão e de estarem sendo procuradas pelos órgãos de segurança, sendo elas: Selma Bandeira Mendes, Valmir Costa, Maria Aparecida Santos e Edilson Freire Maciel, presos por agentes da Polícia Federal às 6 horas da manhã do mesmo dia e conduzidos às dependências daquele departamento no Recife.

Eu, Alexandrina Barbosa Mendes, na qualidade de mãe de um dos presos, isto é, da médica pediatra Selma Bandeira Mendes, venho por intermédio desta carta tornar público toda a aflição que hoje se faz presente no seio da família, bem como, solicitar as autori-



Cartas, críticas, sugestões, apartes, etc., para: rua Mateus Grou, 57 — Pinheiros, São Paulo — CEP: 05415. A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esforço para não ultrapassar 50 linhas de texto datilografado, na base de 70 toques por linha. E mais: solicita-se que os correspondentes dêem seus nomes e endereços completos.

dades constituídas e aos vários setores representativos do povo brasileiro, no sentido de intercederem em favor de se preservar a integridade física e psicológica de minha filha e das outras pessoas que foram presas juntamente com ela (...)

A prisão de Selma foi efetuada em horário do mais alto desrespeito a qualquer cidadão e, em tais circunstâncias, pelo fato da mesma se encontrar dormindo e o apartamento ser arrombado por 10 homens armados de metralhadora (...). Sei que estão tentando colocá-la numa posição de pessoa perigosa apenas como pretexto de com isso terem condições de torturá-la ou quem sabe desaparecerem com ela (...). Estamos realmente receosos pela sua segurança, apesar de que sabemos que até o momento em que nos encontramos, ela informou não ter sido torturada fisicamente. Mas, apesar disso, ela mostrava-se amedrontada com a possibilidade de vir sofrer tais torturas, pelo fato de quando no interrogatório ter tentado saber o que seria feito com ela, ao que seus interrogadores responderam: — Apenas garantimos sua segurança por este departamento e não por outros. Pergunto: existem outros responsáveis ou que tenham algo a ver com sua prisão?

Assim, imploro a todos os setores da população brasileira que intercedam junto às autoridades competentes no sentido de preservar sua integridade física e segurança pessoal e dos demais com ela presos."

Alexandrina Bandeira Mendes — Olinda (PE)



Selma Mendes

Não há assuntos nem mais nem menos políticos

Partindo de um artigo localizado ("Transas de Amor com Roberto Carlos"), R. Maia contribui para a discussão da linha editorial da Cultura e do próprio EM TEMPO.

"Amigos, Relendo o artigo "Transas de Amor com Roberto Carlos", senti a necessidade de questionar mais a fundo quais os objetivos e os meios adequados para um trabalho intelectual, que visa dar uma contribuição à discussão dos problemas da nossa realidade.

Nesse sentido torna-se pertinente as questões de por que e para quem, em relação ao trabalho do intelectual, uma vez que ele se concretiza enquanto tal, no relacionamento com o seu público.

(...) Não há assuntos (temas) mais políticos ou menos políticos, tudo depende com que instrumentos o analisamos e com que objetivos o fazemos. Pensar ao contrário é aceitar a neutra-

lidade como coisa concreta e possível, numa sociedade onde é impossível ficar-se alheio ao que acontece. O que há, isso é distintivo, na escolha de um assunto (tema), é uma pressão da história e de seu movimento, que em determinados momentos, nos colocam questões que necessitam de uma resposta imediata. A discussão não é sobre a validade ou não de uma análise da música de Roberto Carlos, mas sim de como essa análise foi levada a termo pelo autor

Desmistificar o mundo da ilusão que constantemente nos bate à porta, como querendo provar sua concretidade, é uma das tarefas a serem realizadas pela intelectualidade, ainda mais em uma sociedade em que o próprio papel do intelectual é alguma coisa nebulosa e mistificada.

Realizar uma análise do processo de alienação, que está contido nos mitos criados e veiculados, pela sociedade de consumo, num país que pulou do feudalismo ao capitalismo selvagem, é uma tarefa das mais importantes. Pensar como a indústria cultural articula suas produções, de tal modo que cria, no consumidor alienado, uma representação da vida mais real que a própria vida, no sentido mesmo, que esse consumidor passa a tomar como objetivos sua representação e não a vida cotidiana.

Essa mistificação como processo de alienação do indivíduo em relação a seus interesses reais, tem início na própria linha de produção da fábrica, e se estende a suas horas de lazer.

Nesse contexto o Roberto Carlos e as transas de amor levantadas em suas músicas, fazem parte de algo mais amplo, do que simplesmente o fato dele se declarar um romântico. Ele está inserido dentro de um projeto que inclui, não só as suas músicas, mas toda uma indústria cultural que são em última instância a defesa dos interesses da ideologia dominante. As suas músicas guardam a especificidade de serem produto de uma determinada classe, com interesses definidos. E isso é que é necessário ser demonstrado.

Analisar o caso particular do Roberto Carlos, tem uma importância, à medida que, se conseguir desvendar o que o coloca em destaque em relação aos outros, ou melhor, qual o significado de ter o tratamento que tem na Globo, por exemplo.

É importante analisar por que e para que se dirige o artigo. Uma coisa é analisá-lo enquanto sub-produto cultural, outra é analisá-lo enquanto participante dessa malha alienante dos meios de comunicação de massa.

Dentro dessa perspectiva, resta saber para quem pretende a seção cultural falar. Qual a intenção de, no momento atual, onde questões, mais que culturais: — políticas, estão postas na mesa, se dedicar meia página do jornal a uma desmistificação que tem como parâmetro para análise, uma visão de mundo que não corresponde àquela do público que consome Roberto Carlos.

Os processos ideológicos que se dão quando da aceitação do público em relação a um cantor, não estão fora de suas relações sociais, isto é, não são a históricos, mas correspondem a uma determinada situação político-econômica do país.

Não podemos analisá-lo, se queremos compreender o significado de suas produções, tomando como ponto de partida os pressupostos de uma classe social, que não é a qual ele se dirige. Estaremos confundindo dessa maneira valores morais e de costumes, que são diferentes, e que no momento histórico não é possível haver identificação.

A sua popularidade, por outro lado, na classe dominada, é simplesmente um dado que vem demonstrar como essa classe, ainda, não conseguiu fazer com que seus interesses tomem corpo, forma. As questões de amor, centro de toda discussão no artigo, não são as mesmas na pequena burguesia e no operariado; se não ficar explícito essa diferença, caímos no erro de transportar a eles, como o faz a indústria cultural, interesses que não são os seus.

A questão não é levantarmos oposição entre as músicas de Roberto Carlos e as do Chico Buarque, que pouco se revela com isso, mas sim a diferença que há, no modo de ver o mundo, e quais as consequências disso. (...)

R. Maia — São Paulo (SP)

CONCURSO UM CARTAZ PARA A ANISTIA

Os maiores prêmios jamais pagos no Brasil! UMA TELA DE DJANIRA PARA O VENCEDOR

Para os demais vencedores, obras originais de

ALDEMIR MARTINS, ALVARO APOCALIPSE, ANA LETÍCIA, CARLOS SCLiar, CARLOS VERGARA, FERNANDO COELHO, GASTÃO MANOEL HENRIQUE, GLAUCO RODRIGUES, JOÃO CAMARA, JUAREZ PARAISO, POTY, RENINA KATZ, ROBERTO MAGALHÃES E RUBENS GERCHMAN

REGULAMENTO

DO CONCURSO:

Os jornais PASQUIM, MOVIMENTO, JORNAL DA ABI, REPÓRTER, DE FATO, COOJORNAL, EM TEMPO, BAGAÇO promovem um concurso destinado a premiar o cartaz que melhor represente, pela sua criatividade e força expressiva um efetivo apelo pela causa da ANISTIA no Brasil.

DOS CONCORRENTES E DAS CATEGORIAS:

O concurso está aberto para quatro categorias de concorrentes, a saber:

CATEGORIA E — Estudantes em geral, até o segundo grau.

CATEGORIA U — Universitários

CATEGORIA P — Profissionais: artistas gráficos, artistas plásticos, publicitários, designers, etc.

CATEGORIA A — Aberta: todos os brasileiros não incluídos nas categorias acima.

DA INSCRIÇÃO E ENTREGA DO TRABALHO:

- A inscrição ao concurso se fará automaticamente com a entrega do trabalho.
- Os trabalhos deverão ser entregues ou remetidos às redações dos jornais patrocinadores do concurso, cujos endereços publicamos abaixo.
- A data final para a entrega dos originais será o dia 31 de Maio, quarta-feira. Esta mesma data será respeitada na localidade de origem da remessa do trabalho, caso ele seja enviado pelo correio ou por outra forma de despacho legalmente comprovável.
- O concorrente deverá escrever no verso do seu cartaz seu pseudônimo e a letra referente à categoria a que concorre (E, U, P ou A). Deverá, em seguida, colar com segurança no mesmo verso um envelope devidamente fechado, contendo, do lado de fora, seu pseudônimo e dentro, seu nome e endereço corretos.
- Cada concorrente poderá apresentar quantos trabalhos quiser, com diferentes pseudônimos.

DA CONFEÇÃO DO CARTAZ:

- O cartaz poderá ser realizado a cores ou em preto e branco. Poderão ser usadas as técnicas que o concorrente preferir, devendo-se observar, apenas, que os cartazes serão destinados à reprodução gráfica.
- O cartaz, além da palavra ANISTIA poderá ou não conter dizeres, frases ou slogans. O concorrente — se assim achar conveniente — poderá dispensar qualquer texto ou palavra no seu cartaz.
- O cartaz deverá ter exatamente as seguintes medidas: 45 cm de largura por 63 cm de altura.
- Os originais deverão ser colados em cartão não dobrável para facilitar sua apreciação no julgamento e para efeito de exibição.
- OBS — Recomenda-se que não sejam enviados originais enrolados ou dobrados.

DO JULGAMENTO:

- Os cartazes serão julgados em data e local a serem anunciados, num prazo máximo de quarenta dias após a data do encerramento das inscrições, por um júri especializado a ser constituído pelas direções dos jornais que organizam o concurso.
- O júri selecionará os melhores cartazes para uma eventual exposição em local e data a serem anunciados.
- O júri escolherá dentre estes cartazes selecionados para a exposição, os quinze melhores, assim distribuídos: seis para a categoria de Profissionais e três para cada uma das demais categorias.
- O vencedor absoluto do concurso será escolhido entre esses quinze trabalhos selecionados.
- Não se recorrerá da decisão do júri.

DA PREMIAÇÃO:

- Ao vencedor do concurso será concedido como prêmio a tela "Prensa de Farinha", da autoria de Djanira. Essa tela, de valor inestimável, tem 1.160 X 0.720 mm, está selecionada e reproduzida no Catálogo da Exposição Retrospectiva da artista, realizada de Outubro a Dezembro de 1976 no Museu de Belas Artes do Rio de Janeiro e pertence ao seu

acervo particular. Foi escolhida, em 1975, como Peça do Mês do Museu Nacional de Belas Artes.

- Não haverá escala de premiação além do primeiro lugar. Os outros vencedores do concurso receberão, cada um, como prêmio, uma obra autêntica de quatorze dos maiores artistas brasileiros vivos, quais sejam: Aldemir Martins X, Alvaro Apocalipse Ana Letícia Carlos Scliar X, Carlos Vergara X, Fernando Coelho Gastão Manoel Henrique Glauco Rodrigues X, João Camara Juarez Paraiso Poty X, Renina Katz Roberto Magalhães X, Rubens Gerchman
- As obras referidas serão sorteadas entre os vencedores do concurso, na presença dos interessados, no dia da entrega dos prêmios.
- Os prêmios serão entregues numa

solenidade aberta em local e data a serem anunciados.

DISPOSIÇÕES GERAIS:

- Ao participarem do concurso, os concorrentes cedem automaticamente todos os Direitos Autorais de seus trabalhos para o MOVIMENTO FEMININO PELA ANISTIA e para o COMITÊ BRASILEIRO PELA ANISTIA, a fim de que estas duas organizações possam realizar a impressão e comercialização dos referidos trabalhos — em posters, álbuns ou livros — com finalidades de levantar fundos para sua manutenção e para o trabalho nacional que vêm desenvolvendo em prol da ANISTIA.
- Os originais não classificados não serão remetidos de volta aos seus autores mas estarão, pelo prazo de dois meses, à disposição dos mesmos em local a ser informado oportunamente pela comissão organizadora do concurso.
- A inserção ao concurso pressupõe a total concordância com este regulamento.

ONDE ENTREGAR OU REMETER SEU CARTAZ:

- PASQUIM**
Rua Saint Roman, 142 — Copacabana — Rio de Janeiro
- MOVIMENTO**
Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625 — Pinheiros — São Paulo
- EM TEMPO**
Rua Mateus Grou, 57 — Pinheiros — São Paulo
- REPÓRTER**
Rua Miguel Couto, 134 — S. 1104 — Centro — Rio de Janeiro
- BEIJO/FLAGRANTE**
Rua Conselheiro Josino, 29 — S. 205 — Rio de Janeiro
- MUTIRÃO**
Rua Barão do Rio Branco, 1006 — 7º andar — Fortaleza — Ceará
- VERSUS**
Rua Capote Valente, 376 — Pinheiros — 05409 — São Paulo
- BRASIL-MULHER**
Av. Rui Barbosa, 762 — Rio de Janeiro
- JORNAL DA ABI**
Rua Araújo Porto Alegre, 71 — 7º andar — Rio de Janeiro
- DÊ FATO**
Avenida do Contorno, 2399 — Floresta — Belo Horizonte
- BAGAÇO**
Av. Rui Barbosa, 762 — Rio de Janeiro
- COOJORNAL**
Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre
- POSIÇÃO**
Av. Governador Bley, Edifício Glória — 3º andar — Vitória

Bagaço Coojornal versus MOVIMENTO PASQUIM BRASIL MULHER DE FATO COBRA DE VIDRO

O VENENO DA MARÉ VERMELHA

Já se passou um mês desde a primeira mortalidade de peixes e mariscos na praia de Hermenegildo, no Rio Grande do Sul, seguida de mortes de animais domésticos e irritações nos olhos, nariz e gargantas de moradores da região.

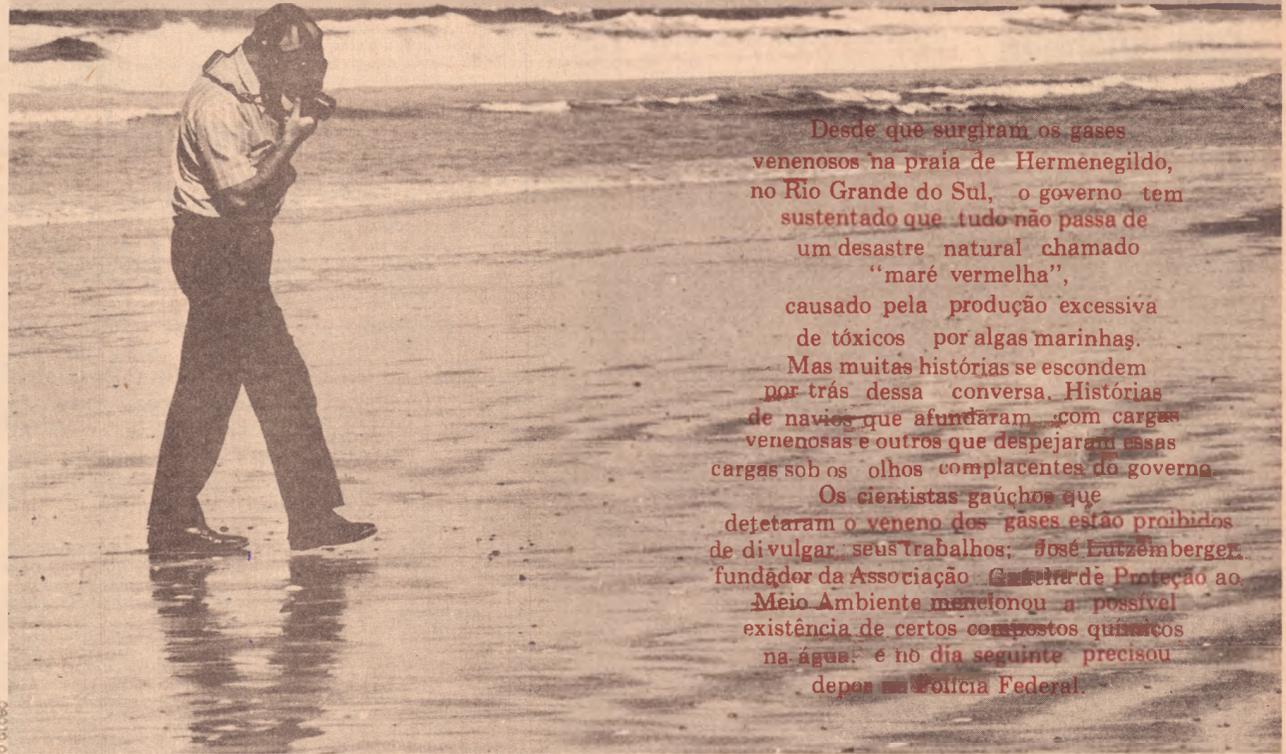
Mas a única preocupação das autoridades teoricamente encarregadas de proteger o meio ambiente, até agora, tem sido a de proibir que cientistas e outras pessoas preocupadas com o desastre ecológico, divulguem aquilo que sabem. Cientistas do Centro de Toxicologia de Pelotas, por exemplo, que haviam detectado a presença de um inseticida muito venenoso na água - o isocianato de metila - foram proibidos de divulgar seus trabalhos. O reitor Fernando Padoni, da Fundação Universitária de Rio Grande, pediu a todos os cientistas que evitassem falar no assunto desastre ecológico. Enquanto isso, na tentativa de "acalmar a população", o secretário de saúde do Rio Grande do Sul, Jair Soares, e o secretário especial do meio ambiente do governo federal, Paulo Nogueira, insistiam, na tese da "maré vermelha".

A verdade é que desde o dia 11 de abril, o Centro de Toxicologia de Pelotas atribuiu o envenenamento de peixes, mariscos, animais domésticos e pessoas, à "ingestão ou inalação de tóxicos, mais precisamente, de isocianato de metila." Desde Punta del Leste, no Uruguai até Hermenegildo, populações inteiras abandonaram o litoral, em meio a falta de resposta do governo. Mas quando os cientistas passaram a procurar algo que neutralizasse o veneno, o governo não gostou: Paulo Sampaio, presidente do Centro, e um de seus cientistas, Gastão Gissler, foram chamados às pressas a uma reunião

extraordinária com ministros e secretários em Tramandai, e pressionados a não prestar mais declarações à imprensa. Na reunião estavam membros da marinha e um técnico norte-americano, que interrogou os cientistas, tentando minimizar seus trabalhos.

As suspeitas de cientistas voltam-se agora para a descarga de pesticidas, herbicidas e bário radiativo, feitas pelo barco Itapagé, do Loide Brasileiro em abril do ano passado, com plena ciência do governo, e o maior descaso pela preservação do meio ambiente. Conforme revelou o cientista Luis Roberto Tommasi, do Instituto Ocenográfico de São Paulo, o Loide só se preocupou em gastar o menos possível com a operação de descarga dos venenos. A revelação desse episódio fez com que o presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente, José Lutzemberger, enviasse telegrama de protesto ao secretário especial do meio ambiente, Paulo Nogueira Batista acusando-o de proteger as agressões ao meio ambiente, e não o meio ambiente, e exigindo sua demissão do cargo.

Outra forte suspeita dos cientistas se origina do naufrágio do navio Taquari, em 1971, com uma carga de substâncias químicas da Dow Chemical. Em telex a Paulo Nogueira, a Dow informou que a carga era de etileno imina, substância altamente tóxica. Enquanto aumentam as suspeitas de que o desastre ecológico foi provocado por venenos desse tipo, os homens do governo que inventaram e sustentaram a história da maré vermelha, começam agora a hesitar. Mesmo porque, o gás venenoso voltou a castigar as praias na semana passada.



Desde que surgiram os gases venenosos na praia de Hermenegildo, no Rio Grande do Sul, o governo tem sustentado que tudo não passa de um desastre natural chamado "maré vermelha", causado pela produção excessiva de tóxicos por algas marinhas. Mas muitas histórias se escondem por trás dessa conversa. Histórias de navios que afundaram com cargas venenosas e outros que despejaram essas cargas sob os olhos complacentes do governo. Os cientistas gaúchos que detetaram o veneno dos gases estão proibidos de divulgar seus trabalhos; José Lutzemberger, fundador da Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente mencionou a possível existência de certos compostos químicos na água; e no dia seguinte precisou depan a Polícia Federal.

“As autoridades abafam fatos desagradáveis”

Em depoimento a Em Tempo, o fundador da Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente, José Antonio Lutzemberger, levanta muitas dúvidas sobre a teoria da "maré vermelha", e critica pesadamente o governo, no trato das questões do meio ambiente.

“O posicionamento das nossas autoridades é muito natural. Procuram evitar pânico e quando podem

abafar fatos desagradáveis sempre o fazem. Eu mesmo senti isso nas últimas semanas, quando mencio-

Estudantes em greve na Bahia

Quatro unidades da Universidade Federal da Bahia (UFBA) - Medicina, Farmácia, Geociências e Agronomia - envolvendo mais de dois mil alunos, estão paralisadas em razão das precárias condições materiais de ensino, decorrentes - segundo os dirigentes do Diretório Central dos Estudantes - pela escassez de verbas provenientes do Ministério de Educação e Cultura.

De acordo com o Diretório Central dos Estudantes - DCE - da UFBA, o que se assiste, é uma retomada crescente das lutas reivindicatórias, "fato que permitira possibilidades de passos mais arrojados". Esse novo avanço corresponde à orientação traçada pelo DCE, que se resume na intensificação das lutas reivindicatórias e no desenvolvimento de algumas lutas políticas, como anistia e a solidariedade a greve de fome dos presos políticos.

No caso de Medicina, Geociências e Agronomia trata-se de um desdobramento de movimentos ocorridos no segundo semestre do ano passado, já que todas elas entraram em greve, principalmente Agronomia que passou mais de dois meses paralisada. Apenas Farmácia é "novata" na movimentação.

A luta da Faculdade de Medicina, aliás, remonta a 1975, quando uma greve de amplas proporções marcou a insatisfação dos estudantes com a redução do número de leitos do Hospital das Clínicas, a falta de medicamentos e de materiais básicos, o fechamento de várias enfermarias, entre outros problemas. Essas deficiências ainda não foram superadas, experimentando, ao contrário, um certo agravamento.

Foi esse quadro que fez com que os estudantes entrassem novamente em greve, exigindo - entre outras coisas - o funcionamento pleno dos ambulatórios em dois turnos, aceleração das obras das enfermarias em reformas, aquisição imediata de cadáveres para o Departamento de Anatomia, aumento do número de vagas para Residência Médica e ausência de qualquer medida punitiva, individual ou coletiva, aos participantes do movimento.

SEM BÚSSOLA

A greve do Instituto de

Geociências, que abriga estudantes de Geologia e Geografia, iniciou-se no último dia 20 de março, apontando para problemas como laboratórios completamente desaparecidos; falta de bússolas, martelos, facões, microscópios e até amostras; inexistência de professores em tempo integral nas matérias profissionalizantes e inatividade do Colegiado, Departamento e da própria Reitoria face a todas essas deficiências. Com boa parte de suas exigências atendidas, os estudantes estão esperando apenas que o Colegiado prolongue o semestre letivo até 30 de junho para voltarem às aulas.

A movimentação de Agronomia, escola situada na cidade interiorana de Cruz das Almas, tem um caráter mais restrito e pode ser considerada um rescaldo da greve do ano passado contra a proposta de currículo da Direção da Escola, apresentada pelo professor Haroldo Murilo Pinto, hoje na cadeira de Fisiologia. Os alunos desta matéria estão exigindo a dispensa imediata do professor como condição para retornarem às aulas, pois ele tem usado "métodos repressivos de avaliação" - segundo o DCE.

A ebulição estudantil da UFBA se, no momento, gira sobretudo em torno de problemas materiais e tendendo a ganhar cada vez mais amplitude, apresenta condições para politizar-se rapidamente, de acordo com a avaliação do DCE.

Com efeito, existem razões para esse prognóstico, principalmente quando se sabe que a política do reitor Augusto Mascarenhas é grosseiramente repressiva, chegando ao absurdo de, no semestre passado, não renovar o contrato do professor Paulo Miranda, de Física, só pelo fato dele ter feito seu curso de graduação na URSS.

O corte de professores e de monitores por razões ideológicas, a existência, já denunciada por estudantes e mesmo pela recém-criada Associação dos Professores Universitários da Bahia, de uma ampla "lista negra" envolvendo o corpo docente, aumentam o clima de insegurança na UFBA. (João Henrique)

nei o problema dos organo-clorados na água, bastante grave e conhecido por todos que se interessam pelo assunto. No dia seguinte fui chamado à Polícia Federal. Os governantes partem do princípio que não deve haver pânico. Ora, nos estamos hoje numa situação tão assustadora, em toda a parte vendo a destruição dos sistemas de suporte de vida no planeta, que precisamos nos assustar. Nossa posição é contrária a dos governantes. Deve haver pânico sim.

Também não podemos aceitar a nota oficial do Ministério da Saúde que afirma ser causa do fenômeno de Hermenegildo simplesmente a maré vermelha, sem sequer nos dizer qual seria então a toxina liberada ou produzida por esta maré vermelha.

Sabemos que homens rãs da Marinha Norte Americana estão trabalhando em volta do Taquari, navio sinistrado em 1971, em conjunto com técnicos da Dow Chemical. Também vimos o telex enviado

por esta multinacional à Secretaria Especial do Meio Ambiente, em que falava de um produto chamado etileno imina, fazendo uma advertência sobre o possível aparecimento de cilindros de aço avermelhados. O contato deveria ser evitado a qualquer custo. Junto estava uma lista da carga do Taquari onde aparecia novamente a etileno imina. Ora, essa substância é extremamente perigosa, usada com finalidade industrial, é mutagênica, cancerígena e teratogênica, mexe com o feto ou embrião. Ora, no relatório do secretário de Saúde, Jair Soares, foram mencionadas dúzias de análises feitas, mas simplesmente ninguém procurou a etileno imina. Temos todas essas suspeitas, bastante fundadas, que possa ser este produto químico o responsável por esta catástrofe ecológica. Temos informações que pescadores da região, já em 71, verificaram um fenômeno parecido com o atual.

A calamidade de Hermenegildo surgiu justamente no dia 1º de

A (in) Justiça do Trabalho

(Em 1978, o Rio pode ter 100 mil ações trabalhistas)

Pouco antes de embarcar para Porto Alegre, para as comemorações governamentais do 1º de maio, o general Ernesto Geisel enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei criando mais 104 Juntas de Conciliação e Julgamento, na área da Justiça do Trabalho. "É o maior volume de juntas até hoje criadas, de uma só vez, na História do Brasil", disse na ocasião o ministro Arnaldo Prieto, do Trabalho. Atualmente, existem 178 em funcionamento em todo o país e a medida oficial é um atestado da precariedade da Justiça do Trabalho no país.

O juiz Jes Elias Carvalho de Paiva, do Rio, disse que a medida vem atender uma necessidade antiga: "o crescimento do número de ações trabalhistas tem sido superior a 30% ao ano". Em seu estado, os números mostram que de 10 de janeiro a 30 de abril, a média foi de 1600 processos em cada uma das 25 Juntas existentes. Calcula-se que até o final do ano, chegará a quatro mil em cada, ou cem mil reclamações trabalhistas no total, o que equivale a uma pauta diária de 25 processos em uma só Junta. Ano passado, as demandas atingiram mais de 80 mil.

O crescimento das reclamações mostra, em primeiro lugar, que a legislação trabalhista que ai está não é cumprida pelos patrões, apesar de servir exclusivamente aos seus interesses. Questões e direitos elementares como pagamento de férias, 13ª e horas extras, adicional noturno, insalubridade, anotação em carteira e dispensas sem justificativas constituem a fundamentação da maioria dos processos.

O diretor do departamento jurídico do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, Manoel Luiz, informa que as reclamações dos trabalhadores que chegam a esta entidade, aumentam também dia a dia. "Muitas questões não vão para a justiça e nos estamos procurando conscientizar os operários para enfrentar a coisa lá mesmo na fábrica, dando o apoio do sindicato para isso e pedindo que eles formem pequenas comissões". Segundo Manoel Luiz, há entre os trabalhadores uma certa desconfiança

na Justiça do Trabalho. Um processo demora muito a ser julgado, de oito a dez meses, o Juiz quer sempre fazer acordo e quem sai perdendo é o operário, que ainda tem muita dificuldade em arranjar testemunha. E depois, o patrão pesegue e até mesmo demite os que reclamam.

Ele mesmo já presenciou alguns casos que mostram como os assalariados são enganados e pressionados pelas empresas e juizes trabalhistas. Num deles, Rosa Maria de Souza, que ganhava salário mínimo no emprego, tinha Cr\$ 400, de indenização para receber. O advogado da empresa propõe pagar apenas a metade para encerrar o processo. O juiz então, ao invés de prosseguir com a ação, disse em tom de ameaça: "a senhora fica com os Cr\$ 200 ou vai perder tudo". Ela preferiu pagar para ver.

Noutro episódio, de uma lista enorme, Fernando Santos, funcionário da Fiat-Diesel, estava com uma ação que lhe dava direito a receber Cr\$ 6 mil da empresa. O advogado afirma que ele iria perder tudo se continuasse e propõe um acordo na base de apenas mil cruzeiros. O juiz ratificou o acordo.

Na fábrica, vale tudo

Os números apontam, em segundo lugar, para uma crescente intensificação e agravamento dos conflitos entre assalariados e patrões nos locais de trabalho. Conforme centenas de reclamações que chegam aos sindicatos, as relações de trabalho no interior de inúmeras fábricas caracteriza-se por um regime de terror e de total falta de liberdade, em que nenhum direito do trabalhador é respeitado. Começa, por exemplo, com o controle e revista pessoal dos operários na entrada e na saída. "como se os ladrões fôssemos nós" no dizer de um deles.

Os representantes do sindicato que percorrem as fábricas levam diariamente para o sindicato fatos que mostram como funciona o sistema de dominação dentro do mundo fabril. A Consigua, Companhia Siderúrgica da

abril, quando o barco se rompeu pela ressaca do 31 de março. São demasiadas coincidências para não serem levadas a sério. Aliás, o secretário da saúde reconheceu que este assunto deve ser estudado. Afirmou ter solicitado providências a nível federal, em colaboração com o governo do Uruguai, para ser retirada esta carga.

Desde o começo estava claro que tínhamos ali uma contaminação do oceano com alguma toxina. Esta maré vermelha que se verifica agora é muito comum na nossa costa e se observa várias vezes por ano. E nunca causou nenhum problema. Mas é perfeitamente possível que essa proliferação excessiva de algas - que é a maré vermelha - esteja contribuindo a esta concentração de toxina. Afirmaram também que não podia ser uma contaminação química, porque para contaminar 500 quilômetros de praia seria necessário uma quantidade enorme de substâncias venenosas, na ordem de centenas de milhares de toneladas.

Mas este argumento não procede. Basta uma mancha estreita, de 10 a 12 quilômetros de comprimento, que se movimenta ao longo da costa. Verificamos que a calamidade de Hermenegildo se estendeu lentamente, de cinco a seis quilômetros por hora. Também posso partir de uma concentração muito baixa, que não é tóxica, mas nas algas essa substância se encontrará

concentrada algumas centenas de vezes, e os mariscos, alimentam-se com milhões de algas por dia. Por isso o marisco foi o primeiro a morrer, pois filtrou e concentrou em seu organismo a maior parte daquele ecossistema.

Por outro lado, essas algas aparecem na maresia, aquele pó microscópico de água levantado na quebração das ondas e trazido à praia pelo vento. Foi a causa dos problemas respiratórios. Sabemos que a maresia é um aerossol, pó muito fino de líquido que penetra no pulmão até os últimos alvéolos. Portanto, a lógica do que se observou faz crer na contaminação do oceano com algum veneno violento, porém em concentrações extremamente baixas. Levando em conta estes aspectos, não precisamos de grandes quantidades, basta menos de uma tonelada. E sabemos que no Taquari haviam sete toneladas.

Agora, passado um mês desde o início desta calamidade, nada de prático está sendo feito. O saldo positivo - se é que pode se dizer assim - é a consciência maior da população sobre estes fenômenos. Enquanto não for esclarecido a contento as causas, o mínimo que se poderia fazer era parar completamente com a pesca. Mas os pescadores deveriam ser indenizados. O problema de ter ou não dinheiro, está no enfoque, nos valores das autoridades constituídas".

(Sucursal de Porto Alegre)

Guanabara, exige dos operários que trabalham nos fornos 48 horas sem descanso. Na Fiat-Diesel, antiga Fenemé, cerca de 40 militares desempenham as funções de segurança interna, e dois operários foram agredidos a socos por guardas de segurança nos últimos dias.

Na Ishikawajima, os operários são obrigados a usar uniformes com cores diferentes para impedir que se comuniquem internamente. Além disso, existe obrigação de fazer ginástica diariamente e um trabalhador que se recusou a fazer foi demitido. Na Standard Electric há uma campanha sistemática contra o sindicato e o operário que se liga a qualquer comissão reivindicatória é demitido. As relações internas são tão autoritárias que o grêmio é destinado exclusivamente a atividades de lazer e assistência e seus diretores são todos nomeados pela empresa. Nada de eleição.

Os operários da fábrica de carrocerias Kabi estão proibidos de ir ao banheiro nas horas de necessidade. Os encarregados estabeleceram que eles só podem ir ao banheiro às 9, 12 e 15 horas. Lá também o pessoal está proibido de fumar sob a alegação de que o cigarro distrai e atrasa o serviço. Na EMAQ, um operário foi dispensado porque descobriu um rato na comida e protestou. Agora a empresa colocou até guarda armado no refeitório. A CBV instituiu um prêmio de produção para seus empregados, para não dar aumento, mas se recusa a colocar o extra na Carteira.

“Ainda existe medo”

A formação de movimentos organizados de resistência é o caminho, segundo os representantes do sindicato, para quebrar este regime de terror. Na

Procar, fábrica de carrocerias, cerca de 90 operários recusaram a comida, carne moída servida pela quarta vez consecutiva, e só voltaram a trabalhar depois que melhoraram a refeição. Os operários do estaleiro Caneco também se juntaram para reivindicar pagamento de insalubridade e depois de muita luta conseguiram uma vitória.

Para o dirigente sindical dos metalúrgicos, o trabalho no interior das fábricas tem que ir devagar, porque se o trabalhador entende que tem que fazer pressão e brigar para fazer valer seus direitos, ainda existe muito medo entre eles.

“O delegado sindical não tem estabilidade e muito menos o pessoal que entra nas comissões de fábrica. Daí o medo de ir pra rua. É preciso criar condições para isto, mostrar ao patrão que se um for mandado embora porque reagiu, outro vai entrar logo no seu lugar. Que não adianta mandar embora, mostrar ao patrão que o operário não está com medo”.

Atualmente, segundo Manoel Luiz, muito trabalhador mandado embora por justa causa sem que exista causa nenhuma. “Onde tem delegação de fábrica constituída, os patrões ainda são obrigados a ceder um pouco, porque existe reação. Se o sindicato tivesse atuação mais consequente, se se preocupasse mais com os direitos dos trabalhadores, muita coisa poderia ser resolvida na fábrica, sem recurso pra justiça do trabalho. Acontece que esta luta ficou muito tempo parada e só agora recomeça de novo. Tem muito atraso pra tirar. O patrão não se preocupa com lei. Ele fecha os olhos diante de tudo isto que acontece porque a lei é ele que faz”.

(Sucursal do Rio)

EM TEMPO!